

Christlich Demokratische Union Deutschlands e a identidade europeia da Alemanha

John Bancroft Hinchey



**Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

Departamento de Estudos Políticos

Setembro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Madalena Meyer
Resende, Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

RESUMO

Christlich Demokratische Union Deutschlands

e a identidade europeia da Alemanha

John Bancroft Hinchey

PALAVRAS-CHAVE: Alemanha, CDU, democracia cristã, integração europeia, transição democrática, nacionalismo, partidos políticos, União Europeia

A actual conjuntura política e económica europeia tem levantado questões de diversa ordem sobre o futuro do projecto de integração europeia, tanto a nível institucional como ideológico. O impacto destas sente-se de forma especial na Alemanha, situada no coração da Europa ao longo das últimas seis décadas, e contribuindo activamente para a sua arquitectura institucional. Com o abrandamento do motor de integração europeia e a difusão de uma incerteza funcional quanto à estrutura comunitária, aliada à crise do Euro, retoma-se o histórico debate da questão alemã, e sobre o papel a desempenhar pela Alemanha no seio de uma Europa democrática, mas cada vez mais paralisada do ponto de vista institucional. Numa perspectiva histórica, torna-se necessário perceber de que forma é que o contributo alemão para o projecto de construção europeia tem vindo a evoluir ao longo das décadas, e a pertinência deste na avaliação do compromisso alemão para com a Europa.

O presente trabalho visa oferecer uma visão compreensiva do panorama político alemão entre o final da Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim, como forma de estabelecer as bases históricas e ideológicas do pensamento europeísta alemão, fundamentalmente construído a partir do seu movimento democrata cristão. Para o efeito, isolam-se os momentos críticos na história da evolução ideológica e partidária da *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU), salientando os aspectos da sua doutrina que permitiram, ao longo da segunda metade do séc. XX, a convergência alemã com a Europa, paralela a um surpreendente processo de transição democrática.

ABSTRACT

***Christlich Demokratische Union Deutschlands* and Germany's European identity**

John Bancroft Hinchey

KEYWORDS: Christian Democratic Union, Christian democracy, democratic transition, European integration, European Union, Germany, nationalism, political parties

Current political and economical events have raised questions about the future of Europe's integration project, both institutionally and ideologically. Their impact has been particularly felt in Germany, placed at the heart of Europe for the past six decades, and an active member in its political architecture. With the slowing down of Europe's integration engine and the first signs of a functional uncertainty regarding the community structure, accompanied by the Euro crisis, the historical debate of the German question is once again picked up, as well as that of its role within a democratic, but increasingly paralysed Europe. In an historical perspective, it is necessary to understand how Germany's contribution to the European construction has evolved throughout the decades, and its pertinence in the evaluation of German commitment towards Europe.

This work aims at providing a comprehensive view of Germany's political background between the end of World War II and the fall of the Berlin wall, as a way to establish the historical and ideological basis of pro-European thinking inside Germany, fundamentally built from the efforts of its Christian democratic movement. To this end, the critical moments in the evolution of the *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU) are singled out, bringing to view the central aspects of the doctrine that allowed a German and European convergence throughout the second half of the 20th century, parallel to a remarkable process of democratic transition.

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a minha orientadora, Prof^a Dr.^a Madalena Meyer Resende, e co-orientadora, Prof^a Dr.^a Ana Mónica Fonseca, pelo apoio, paciência, amizade e dedicação ao longo do processo de elaboração desta dissertação.

Agradecimentos também a Dr.^a Ana Santos Pinto pela disponibilidade e acompanhamento no esclarecimento de dúvidas e organização do trabalho, assim como aos meus colegas de curso, com os quais partilhei o crescimento académico dos últimos dois anos.

Lista de figuras

Gráfico um: distribuição de lugares no Bundestag por partido (Agosto 1949).....	14
Gráfico dois: Resultados eleitorais para Bundestag (1949-1961).....	36
Gráfico três: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Setembro 1961).....	36
Gráfico quatro: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Setembro 1969).....	43
Gráfico cinco: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Março 1983).....	48
Gráfico seis: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Dezembro 1990).....	53

Lista de tabelas

Tabela um: Resultados da eleição federal para o <i>Bundestag</i> (Agosto 1949).....	13
---	----

INTRODUÇÃO

Desde o início da actual crise económica europeia que as adversidades a que o continente se vê sujeito têm demonstrado, de forma determinante, duas fraquezas dentro do seu sistema. Economicamente, assistiu-se ao colapso financeiro das economias periféricas e ao surgimento de um intenso debate sobre o futuro da moeda única. Politicamente, denotou-se um afastamento substantivo entre os Estados-membros quanto aos valores europeus (mais ou menos europeístas) que os uniam, e um desamarrar progressivo dos laços comunitários no processo da fortificação institucional do continente.

No estabelecimento mais marcado de “uma Europa a duas velocidades” surge, com cada vez maior aparência, uma tendência de separação geográfica do núcleo europeu, evidenciando as disparidades entre o centro e a periferia, conforme a sua disposição política e económica, e claro, a sua presença dentro da construção comunitária. Desta tendência resultou um movimento unipolar que opõe, inevitavelmente, as grandes economias às de menor dimensão, no âmbito da qual o eixo de cooperação entre a Alemanha e a França tem assumido um papel preponderante. Neste sentido, regista-se a cisão progressiva entre os defensores de uma Europa federalizante e os eurocépticos, apologistas do fulcral carácter do Estado-nação.

A posição alemã neste contexto de instabilidade europeia afigura-se como um caso único. A Alemanha é, desde logo, o país com o maior peso político, económico e demográfico dentro do espaço europeu, não menos pela proximidade da sua estrutura nacional àquela da Europa. Qualquer alteração ao nível europeu reflecte-se de forma profunda à escala alemã, e sente-se uma cada vez maior metonímia entre estas duas esferas.

No âmbito da crise europeia, torna-se claro que nenhuma solução será possível *sem* a Alemanha ou *contra* a Alemanha – não obstante, há igualmente um crescente sentimento eurocéptico dentro da própria sociedade alemã. Se, por um lado, a Alemanha se mantém como uma das maiores defensoras da fulcralidade de um projecto federal europeu, e tem apresentado um dos mais importantes contributos para a receita comunitária no sentido de colmatar as insuficiências da periferia, os alemães sentem-se traídos pelo projecto europeu.

Tendo sido, em tempos, um dos países em maior sintonia com o fenómeno político de construção europeia, o seu afastamento para com este não se afigura imune àquele que distancia a Europa central da periférica. Se antes, os alemães viam o projecto de integração europeia como a representação institucional dos valores democráticos que resultam do pós-guerra – nomeadamente, a estabilidade política e económica, o consenso, a cooperação interna e externa, e a sobriedade fiscal – há presentemente a ideia de uma União Europeia que constitui uma ameaça à concretização plena destes mesmos valores, afectada como tem vindo a ser pela crise.

O percurso da Alemanha¹ ao longo da segunda metade do séc. XX traduziu-se num esforço de distanciamento de uma qualquer forma de nacionalismo exclusivamente alemão, rejeitando uma definição geográfica intrinsecamente germânica das suas fronteiras (físicas e culturais), no sentido de realizar uma identidade nacional baseada nos valores democráticos do Ocidente. Inicialmente pautada por um sentimento colectivo de ‘nacionalidade na culpa’ que desde então tem evoluído para uma realização puramente cultural de uma sociedade alemã democrática e economicamente robusta, a reinterpretação dos elementos identitários nacionais ligaram a Alemanha à Europa de forma praticamente irreversível.

¹ **Nota:** Entende-se aqui e daqui para a frente uma conceptualização de “Alemanha” com sentido dual: por um lado, o espaço geográfico que compreende a totalidade do actual território alemão, e por outro, meramente a República Federal da Alemanha (RFA), largamente referenciada na presente dissertação como “Alemanha” por ser considerado o Estado mais representativo da integridade nacional alemã. Não obstante, a utilização do termo “Alemanha” subentende o contingente histórico: refere-se, neste sentido, à RFA até ao momento da reunificação, e a partir daí, ao espaço que resulta da junção desta com a República Democrática Alemã (RDA), e que compreende as actuais fronteiras da Alemanha.

Não obstante, as dinâmicas de ‘des-europeização’ que têm vindo a ganhar representatividade no país e no continente ilustram o caso de uma Alemanha cada vez mais eurocética que se sente tentada a expressar-se unilateralmente, sem os constrangimentos de uma estrutura institucional díspar, incapaz de uniformizar as vontades de um fórum de cooperação que se afigura fundamental à afirmação europeia na cena internacional.

Um ponto único de ruptura entre a Alemanha e o projecto de integração europeia é difícil de apontar. A interligação das duas estruturas, iniciadas com o final da Segunda Guerra Mundial e defendidas desde então como um dos pontos essenciais do retorno nacional ao continente contribuíram para a criação de um processo de aproximação realizado a diferentes níveis – desde logo ao nível interno, por aquele que se apresenta como o partido fundamental da reconstrução e reunificação alemã na segunda metade do séc. XX, a *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU). É, no entanto, neste percurso de afirmação institucional paralela que se encontram, de forma clara, aqueles que foram os momentos críticos da relação alemã com o projecto europeu, tanto no sentido de aproximar ou afastar estes dois actores.

A CDU assume um carácter indispensável em qualquer análise deste fenómeno. É, desde logo, o partido que sai vitorioso das primeiras eleições após o derrube do Terceiro Reich, e aquele que mais contribuiu para uma reformulação profunda das estruturas institucionais alemãs, estabelecendo uma forte legitimidade política e ideológica baseada na unidade e no consenso nacional.

Contrariando os sentidos tradicionais de voto e unindo os diferentes grupos sociais sob uma denominação política comum, a CDU é a responsável pela criação de uma identidade nacional que transmuta os valores alemães e os interliga, determinantemente, com os da Europa e do seu futuro democrático. Neste sentido, é fundamental compreender como o seu discurso político, enraizado na doutrina tradicional católica e no pragmatismo dos seus líderes partidários, contribuiu para a dinâmica de europeização da Alemanha.

O presente trabalho visa oferecer uma visão compreensiva do panorama político alemão entre o final da Segunda Guerra Mundial e a

queda do muro de Berlim, como forma de estabelecer as bases históricas e ideológicas do pensamento europeísta alemão, fundamentalmente construído a partir do seu movimento democrata cristão. Para o efeito, isolam-se os momentos críticos na história da evolução ideológica e partidária da CDU, salientando os aspectos da sua doutrina que permitiram, ao longo da segunda metade do séc. XX, a convergência alemã com a Europa, paralela a um surpreendente processo de transição democrática.

A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA CRISTÃ NA REFORMULAÇÃO DA QUESTÃO ALEMÃ

A reestruturação política e social efectuada pelo fim da Segunda Guerra Mundial marcou um ponto significativo de ruptura para a Alemanha. Esta cisão com o seu passado recente, exigida pela necessidade histórica e desejada pela própria Alemanha, colocou-a mais uma vez numa situação de indefinição face à sua identidade nacional. Se, no séc. XIX, a questão relativa à sua unificação territorial no seguimento da dissolução do Sacro Império Romano equacionava a presença alemã na Europa do ponto de vista das suas fronteiras físicas, tendo sido retomada pelo partido nazi como base para uma política expansionista, o fim do Terceiro Reich trouxe uma necessidade de re-perspectivação desta questão, num contexto de fronteiras mais políticas do que físicas. Havia de novo uma indefinição quanto ao espaço a ocupar pela Alemanha dentro da Europa, mas desta vez, um espaço que tinha como prioridade a sua estabilização política e o seu contributo para a paz enquanto maior país do continente (embora, claro, a divisão territorial desse lugar a várias questões relativas às fronteiras físicas da Alemanha). A questão alemã do séc. XIX era retomada, mais uma vez, segundo uma lógica de ruptura com o anterior *status quo* territorial.

A ruptura de 1945 tinha, admitidamente, um impacto mais profundo na identidade alemã do que a de 1803; a dissolução a que o país se via sujeito era não só territorial como cultural. A sua posição estava enfraquecida pela consequência histórica e política, resultado da Segunda Guerra Mundial, e demarcava o carácter imprescindível de uma narrativa nacional distinta, capaz de levar a Alemanha a entrar no novo período de política internacional que tomava forma. O debate era outro; não apenas uma reflexão sobre as suas fronteiras externas, como também uma desintegração política interna, exacerbada pela divisão territorial de 1949.

A Alemanha que saía da Segunda Guerra Mundial era uma Alemanha que carecia de uma abertura ao Mundo. As políticas marcadamente fechadas do Terceiro Reich tinham criado uma estrutura de autonomia do Estado alemão que, com a sua derrota, seria impossivelmente mantida na Europa que se formava com o fim da Segunda Guerra. As limitações decorrentes da presença das quatro potências aliadas no centro de decisão em Berlim sublinhavam a necessidade de autonomia alemã, e a formação de um centro político estável e democrático. No rescaldo de um regime ditatorial, os mecanismos de governação nacional requeriam uma reformulação profunda, com particular ênfase na restauração de um sistema partidário e eleitoral democrático e representativo das presentes necessidades nacionais. Mas se, por um lado, o recente legado histórico alemão logo após o fim da Segunda Guerra a empurrava forçosamente para uma mudança estrutural, as especificidades desse legado também a dificultavam. Seguia-se um momento crítico, sensível à afirmação da Alemanha no centro da Europa e a forma como esta conseguiria lidar com uma transformação estrutural da sua cultura social e política.

A transformação ocorreu de forma gradual, construída a partir do topo mediante um progressivo afastamento alemão da sua identidade ao longo da maioria da primeira metade do séc. XX, e a sua abertura ao espaço europeu circundante. Este novo começo, situado numa conjuntura crítica de profundas escolhas políticas, recuperava a interrogação de fundo relativamente ao papel da Alemanha na Europa, e com que dimensões. A resposta, progressivamente construída em paralelo com as transformações históricas e políticas que tiveram lugar no país ao longo das décadas seguintes, prendeu-se com a capacidade da Alemanha em reafirmar uma identidade nacional difusa no colectivo europeu, em grande parte devido às escolhas eleitorais da população e às opções políticas dos partidos.

Com a emergência de uma nova estrutura das cinzas da Segunda Guerra Mundial, regista-se a criação e dissolução de diversos movimentos políticos que, incentivados pela atmosfera de transformação social que paira sobre a Alemanha, avançam com o seu projecto ideológico para um futuro alemão integrado na sociedade europeia. Entre estes, destaca-se aquele que foi, indubitavelmente, o mais bem-sucedido movimento partidário

alemão desde o fim da Segunda Guerra: a *Christlich Demokratische Union Deutschlands* – *Christian Democratic Union of Germany* (CDU), partido firmemente assente na democracia cristã (movimento que, de forma semelhante, proliferou pela Europa na década de '50), capaz de assegurar um lugar permanente na nova estrutura partidária do país. Vitoriosa na primeira eleição do pós-guerra, a CDU viria a manter-se no poder ao longo dos vinte anos seguintes, interregnando-se entre Governo e oposição como um dos dois maiores partidos nacionais.

Este capítulo pretende explorar o registo histórico destas transformações, colocando a ênfase na emergência da democracia cristã enquanto movimento partidário de maior preponderância dentro da Alemanha do pós Segunda Guerra, tanto ideologicamente como a nível de resultados eleitorais, de forma a compreender o seu impacto na cultura política alemã durante os anos que se seguiram. Para o efeito, é necessário identificar a forma e contextualizar o momento em que a democracia cristã (mais concretamente, neste caso, a CDU) surge no tecido partidário alemão, e os elementos que lhe permitem estabelecer-se como um dos maiores partidos à escala nacional. Discorre-se, desta forma, sobre a circunstância histórica do aparecimento do partido, e a sua relação com alguns dos elementos políticos mais sensíveis do período; nomeadamente, o posicionamento do partido e transformações ideológicas, a sua postura face à questão alemã, e forma como encara a identidade nacional no período ideologicamente conturbado que se segue à Segunda Guerra Mundial.

A DEMOCRACIA CRISTÃ NA ALEMANHA

Uma das maiores transformações institucionais na paisagem política alemã foi a renovação do seu sistema partidário, elemento constrangido durante o governo nazi, mas sujeito a alterações após o fim da Segunda Guerra Mundial. No regresso à estabilidade democrática e restabelecimento dos mecanismos de voto, levou-se a cabo uma reciclagem dos partidos

históricos, suprimidos durante o Terceiro Reich, de forma a revitalizar o panorama eleitoral nacional.

A herança partidária da primeira metade do séc. XX não conseguiu ser totalmente recuperada, facto reforçado pela eliminação de partidos de carácter radicalmente conservador ou nacionalista. Encontravam-se, no entanto, os seus equivalentes; o novo sistema reconstruía-se sobre as bases das principais clivagens sociais da política alemã, classe e denominação religiosa, cujas origens remetiam para os finais do séc. XIX. Mais concretamente, demarcava-se uma nova clivagem dentro do grupo de denominação religiosa, separando Católicos e Protestantes (facções cujos números se encontravam equilibrados na República Federal Alemã, no seguimento da divisão territorial).²

O movimento democrata cristão surgiu na Alemanha com o fim da Segunda Guerra Mundial, fortalecido pelos ideais de mudança e reorganização política que deflagravam no subconsciente social alemão e europeu. Enquanto movimento político, pretendia uma reavaliação dos valores nacionais, adaptando uma ideologia centrada nos ensinamentos cristãos a uma estrutura partidária capaz de se afirmar no novo cenário político alemão que se formava com a criação e dissolução do tecido partidário histórico. No contexto desta reorganização institucional, a democracia cristã cimentava uma identidade partidária assente na clivagem tradicional mais resistente da política alemã: a religiosa.³

Após conversações várias e diferentes reuniões realizadas pelo país, a *Christlich Demokratische Union Deutschlands – Christian Democratic Union of Germany* (CDU) foi estabelecida em Berlim em Junho de 1945. A União democrata cristã veio preencher o vazio institucional deixado, em grande parte, pela incapacidade de adaptação do *Zentrum* (*Deutsche Zentrumspartei – German Centre Party*) ao panorama político do pós-guerra, estabelecendo-se como um dos partidos alemães mais bem-sucedidos do

² BETZ, Hans Georg (2001). “Chapter 2: The Evolution and Transformation of the German Party System”. In Christopher S. Allen, Larry Eugene Jones e Georg G. Iggers *Transformation of the German Political Party System: Institutional Crisis Or Democratic Renewal?* EUA: Berghahn Books, pp. 40-43

³ BETZ, Hans Georg (2001). *Ibid*, p. 42

processo de reestruturação política nacional. Baseando-se numa doutrina política de forte raiz católica, a União surgia como um partido *catch-all* que tinha como objectivo ultrapassar as barreiras da linha tradicional de pensamento do círculo católico para apelar a um eleitorado mais vasto. Apesar da sua orientação religiosa, a democracia cristã alemã não pretendia limitar o espectro de acção do partido a uma qualquer retórica moral, mas antes expandi-lo; a CDU visava a criação de uma verdadeira União, inclusiva e assumidamente interconfessional, como reacção à tendência de voto ao longo das décadas anteriores, em que a fragmentação de, e falta de coesão entre, partidos contribuiu, em parte, para a ascensão do partido nazi ao poder.^{4 5}

Para o efeito, reflectia os ideais de um movimento paralelo regionalmente limitado ao estado alemão da Baviera, que surge no mesmo ano e com o qual a CDU viria a unir forças: a *Christlich-Soziale Union in Bayern – Christian Social Union of Bavaria* (CSU). Por sua vez descendente directa do *Bayerische Volkspartei*, partido Católico de carácter fortemente conservador, a CSU convergia com a CDU no sentido de constituir um movimento *catch-all* que visava a concentração do voto cristão independentemente de denominação concreta, embora se apresentasse como defensor de interesses predominantemente rurais, intimamente ligado aos ideais federalistas. O acordo que se estabelece entre os dois movimentos é a sua parceria enquanto um único partido parlamentar, cimentado pela coligação – sendo que o CSU não é elegível para eleições fora da Baviera, e a CDU não elegível dentro da Baviera. Forma-se, deste modo, a união CDU/CSU, representante formal da democracia cristã na Alemanha.⁶

⁴ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). «2: Between Concentration Movement and People's Party: the Christian Democratic Union in Germany» In Michael Gehler e Wolfram Kaiser *Christian Democracy in Europe since 1945, Vol. 2*. Reino Unido: Routledge

⁵ BETZ, Hans Georg (2001). *Ibid*

⁶ DOMENICO, Roy Palmer (2006). *Encyclopedia of Modern Christian Politics*, Volume 1. EUA: Greenwood Publishing Group.

Anton Pelinka recorre à tipologia partidária clássica de forma a estabelecer um esquema compreensivo da estrutura partidária da democracia cristã. Segundo esta tipologia, a composição básica de um partido pode ser segmentada em três indicadores distintos: uma tipologia organizacional, uma tipologia de especificidade de representação, e uma tipologia ideológica. Cada uma destas reflecte uma diferente vertente que caracteriza o partido de uma devida maneira, determinando, mais concreta e respectivamente, a sua base de voto, a sua relação com esta base de voto, e a sua orientação política no espectro ideológico esquerda-direita. Para Pelinka, a democracia cristã apresenta-se como um movimento distinto, definido até certo ponto, mas não exclusivamente, pelos elementos presentes na sua designação.⁷

A democracia cristã assume-se, desde logo, como um movimento mais aberto que a social-democracia, e menos orientado para partidos de membros do que esta. De forma semelhante aos movimentos liberais ou conservadores, tem um nível de organização mais reduzido, tendencialmente configurado como um partido de votos (ou *catch-all*), frequentemente posicionado no centro-direita (embora este posicionamento se encontre sujeito a contingente histórico; mais concretamente, à sua relação com os partidos tradicionais conservadores, e se a democracia cristã surgiu para os substituir, ou para lhes fazer oposição). Não obstante, Kalyvas e Kersbergen equiparam a democracia cristã à social-democracia afirmando que, juntamente com esta, “forma a ‘família política’ que definiu a política e as sociedades europeias do pós-guerra de forma decisiva, incluindo o processo de integração europeia.” Esta noção surge no seguimento de trabalhos anteriores que salientam o contributo democrata cristão ao longo da primeira metade do séc. XX para a formação vindoura de um projecto europeu supranacional, tanto na vertente partidária como na económica.⁸

⁷ PELINKA, Anton. (2004) «European Christian Democracy in Comparison» In Michael Gehler e Wolfram Kaiser *Christian Democracy in Europe since 1945, Vol. 2*. Reino Unido: Routledge

⁸ KALYVAS, Stathis N. e van KERSBERGEN, Kees (2010). «Christian Democracy» In *Annual Review of Political Science*. Volume 13

Esta afirmação é, talvez, mais flagrante quando aplicada ao caso alemão, num momento histórico em que o país necessitava, acima de tudo, desta nova direcção política. O contexto político em que se encontrava, acentuado pela divisão do país e a presença das forças Aliadas em Berlim, colocava a Alemanha numa situação de reduzida autonomia que impossibilitava, em parte, o seu retorno à Europa. Um dos seus principais objectivos era, como tal, a recuperação da sua soberania, e a criação de uma identidade nacional que a sustentasse. E de facto, é a democracia cristã, concretizada na visão política da CDU, que se responsabiliza pelo estabelecimento das bases de um futuro alemão autónomo, progressivamente construído através das décadas até à unificação territorial de 1989.⁹

A crescente secularização da cultura política e social europeias criou imperativos históricos à democracia cristã que alargaram a sua noção de consenso, progressivamente atenuando a vertente religiosa no seu discurso, embora retendo os valores cristãos como elemento fundador e enquanto definição da sua identidade política. Simultaneamente, a democracia cristã na Alemanha assumia contornos mais vagos quanto à sua especificidade representativa, acentuando um perfil *catch-all*. Esta adaptação à secularização era possível através de um apelo ao Catolicismo num sentido lato, interpretando o conjunto dos valores cristãos como uma base moral a ser transposta para a vida pública, pautando a acção política e constituindo o ponto de coesão entre os apoiantes do partido. A CDU conseguiu, desta forma, redefinir a religião enquanto conceito moral e humanitário que lhe permitiu assumir-se como uma estrutura partidária simultaneamente cristã e secular.¹⁰

Esta tendência verificou-se especialmente na Alemanha, onde a CDU encarou a tradicional clivagem religiosa com uma abordagem interconfessional, capaz de apelar a uma base de voto alargada, e não

⁹ HAFTEENDORN, Helga (2006). *Coming of Age: German Foreign Policy Since 1945*. EUA: Rowman & Littlefield

¹⁰ KALYVAS, Stathis N. e van KERSBERGEN, Kees (2010). *Ibid*

definida inteiramente pela denominação religiosa. A interpretação alemã da democracia cristã tornou-se, aliás, um dos partidos mais bem-sucedidos do sistema político nacional, e um dos movimentos mais fortes à escala europeia. O contexto histórico é, neste sentido, fundamental para compreender a afirmação democrata cristã na Alemanha, talvez mais do que em qualquer outro país europeu, pela sua posição desconfortável em 1945, altura em que surge a CDU.

A médio-longo prazo, a reformulação partidária favoreceu uma tendência de estabilidade e coesão assente num sistema tripartidário capaz de contrariar a orientação fragmentária registada noutros países europeus. Designado por um sistema “*dois mais um*”, a estrutura partidária alemã desenvolveu uma oposição binomial entre dois grandes partidos, a *Christlich Demokratische Union Deutschlands* e o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands – Social Democratic Party of Germany* (SPD), à qual se adenda um terceiro partido de menores dimensões, *Freie Demokratische Partei – Free Democratic Party* (FDP). Um quarto partido, *Kommunistische Partei Deutschlands – Communist Party of Germany* (KPD), foi inicialmente estabelecido após a Segunda Guerra, embora viesse a ser removido do sistema poucos anos mais tarde, sob a medida preemptiva de limitação de movimentos eleitorais extremistas. Esta noção era apoiada pelas forças aliadas, defensoras da organização democrática e de um sistema de *accountability* que, mediante garantia constitucional, excluísse o Comunismo e a direita radical do panorama de voto.¹¹

Esta dinâmica favoreceu, na primeira eleição e ao longo dos vinte anos seguintes, o voto Católico, representado pela CDU. A Tabela 1 apresenta os resultados da primeira eleição federal para o Bundestag, realizada a 14 de Agosto de 1949.

¹¹ BETZ, Hans Georg (2001). *Ibid*

**Tabela 1: Resultados da eleição federal para o
Bundestag (Agosto 1949)**

Especificação	Votos		Lugares no Bundestag
	Valor	%	
Recenseamento	31.207.620	x	x
Votos	24.495.614	78,5	x
Inválidos	763.216	3,1	x
Válidos	23.732.398	x	x
SPD	6.934.975	29,2	136
CDU	5.978.636	25,2	117
FDP	2.829.920	11,9	53
CSU	1.380.448	5,8	24
Outro	6.608.419	27,8	80

dos quais:

KPD	1.361.706	5,7	15
Parteilose	1.141.647	4,8	3
BP	986.478	4,2	17
DP	939.934	4,0	17
Zentrum	727.505	3,1	10
WAV	681.888	2,9	12
DKP/DRP	429.031	1,8	5
RSF	216.749	0,9	-
SSW	75.388	0,3	1
EVD	26.162	0,1	-
RWVP	21.931	0,1	-

Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

Dos resultados acima apresentados, salienta-se a importância da CSU enquanto membro indispensável da coligação que assegurou a vitória da democracia-cristã na Alemanha em 1949, conseguindo ultrapassar o SPD por menos de dois pontos percentuais e garantir um total de 141 lugares no *Bundestag*.

Gráfico 1: Distribuição de lugares no *Bundestag* por partido (Agosto 1949)



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

Da parceria CDU/CSU surge a União que viria a ocupar o Governo durante cinquenta anos, com períodos de colocação no papel de oposição [ver anexos – gráfico 2: resultados eleitorais na Alemanha de 1949 ao presente]. A democracia cristã alemã veio, desta forma, abrir um novo capítulo da política nacional, inaugurando uma tendência de proliferação de movimentos semelhantes espelhada no resto da Europa, mas realizada de forma diferente na Alemanha, não menos pelo contexto histórico recente e pela necessidade de encontrar uma identidade política capaz de a afastar deste, ou melhor – de a fazer avançar noutra direcção. Desde logo, a experiência alemã no início da segunda metade do séc. XX traduzia-se inevitável e profundamente para a sua construção política no seguimento da Segunda Guerra Mundial. Era necessária uma transformação, capaz de unir o país num esforço único de redimir o recente capítulo da sua história e retomar a sua posição central dentro do continente europeu.

A PROBLEMÁTICA NACIONALISTA

O aparecimento da CDU enquanto nova opção política no sistema partidário alemão, reformulado com o fim do Terceiro Reich, introduziu uma dinâmica identitária distinta, capaz de assegurar o voto maioritário e ser o primeiro partido a subir ao poder após o fim da Segunda Guerra. A CDU constituiu, ao longo do processo de adaptação da Alemanha à Europa, um elemento político fundamental a uma transmutação identitária que, imperativamente desprovida de carácter nacionalista, conseguiu encontrar na filiação partidária uma ligação à integridade dos interesses e valores nacionais. Daí, o partido viria a consagrar o seu carácter *catch-all*, protegido através de uma flexibilidade ideológica que acompanhou o próprio percurso do país, permitindo as necessárias adaptações programáticas. O sucesso da democracia cristã seria corroborado pela sua vitória nas primeiras eleições após o fim da Segunda Guerra, e a sua permanência no poder ao longo dos vinte anos seguintes. A sua concretização alemã, representada pela CDU, apresentava-se desta forma como um caso excepcional, em sintonia com a deflagração da democracia cristã pela Europa, mas fortemente enraizada na tradição política nacional, por sua vez dependente das particularidades do contexto histórico.

O contexto histórico assumia, em 1945, uma importância inignorável para a Alemanha. Com o recente derrube do regime nazi e as suas implicações sociais e políticas, o Governo sucessor teria que enfrentar uma situação delicada relativamente aos seus ideais políticos, no sentido de os demarcar daqueles do Terceiro Reich e criar uma nova identidade alemã. A relação do novo partido no poder com o nacionalismo constituía um tema sensível, não só pelo seu carácter, mas pela proximidade histórica com que se desenrolava.

A ligação do país às questões do nacionalismo era, desde logo, histórica, sendo o berço de alguns dos primeiros pensadores nacionalistas, como Johann Gottfried Herder e Johann Gottlieb Fichte. A sua conceptualização de 'Nação' enquanto elemento intrinsecamente cultural e étnico ressurgiu ao longo do séc. XIX, altura em que a dimensão e fronteiras políticas da Alemanha se pensavam em função da sua posição estratégica

no centro da Europa, por sua vez inflamada pelos ideais do Pan-Germanismo que vigoravam pelo país. O nacionalismo resultante era, como tal, um produto histórico, consequência da evolução do pensamento nacionalista que viria a culminar nos ideais do nacional-socialismo.¹²

Com o retrocesso do nacionalismo centrado numa definição étnica, e a impossibilidade de recorrer a esta como um elemento de coesão nacional (mesmo que de forma democrática), afigurava-se no espaço deixado pela experiência anterior uma indefinição cultural e incerteza quanto aos elementos nacionais que uniam a população alemã e validavam a sua posição no centro da Europa. As noções de pertença nacional, e a relação destas com a presença alemã dentro da Europa, careciam de uma profunda transformação, assim como a própria compreensão daquilo que poderia ser ‘um nacionalismo alemão’.

O termo ‘nacionalismo’ é comumente utilizado para descrever dois tipos de fenómenos:

(1) the attitude that the members of a nation have when they care about their national identity, and (2) the actions that the members of a nation take when seeking to achieve (or sustain) self-determination.¹³

Esta atitude, imbuída de um carácter secular sobre o qual se constrói uma narrativa comum aos habitantes de um espaço, parte de um esforço de auto-determinação colectivo, por sua vez assente no passado histórico, símbolos de poder, e mitos fundadores. No entanto, apesar da secularidade que pauta a retórica nacionalista, o processo de formação e afirmação de uma ‘nação’ não se limita a uma evolução orgânica, baseada numa linhagem ancestral comum. Por outro lado, implica um conjunto de elementos identitários estabelecidos, sugeridos, ou impostos que compõem uma

¹² MISES, Ludwig von (1944). *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War*. EUA: Yale University Press

¹³ *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, California: Stanford University [consultado a 23 Set 2012]. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/>

“comunidade imaginada”. Dentro desta, o sentimento de pertença não se baseia numa afinidade primordial entre os seus membros, sendo antes socialmente construída à volta de “três elementos fundamentais: um passado comum, um destino comum, e um território comum”.^{14 15}

Neste sentido, e relativamente às questões que decorrem de uma definição construtivista de nacionalismo, entende-se que os pontos acima enunciados podem ser desenvolvidos da seguinte forma:

(1) raises questions about the concept of a nation (or national identity), which is often defined in terms of common origin, ethnicity, or cultural ties, and while an individual's membership in a nation is often regarded as involuntary, it is sometimes regarded as voluntary. (2) raises questions about whether self-determination must be understood as involving having full statehood with complete authority over domestic and international affairs, or whether something less is required.”¹⁶

O elo comum entre as diferentes manifestações do nacionalismo prende-se com a sua conceptualização enquanto construção ideológica de um conjunto de elementos que asseguram a integridade soberana de um Estado. Nas palavras de Anthony D. Smith, “um movimento ideológico para obter e manter a autonomia, unidade e identidade de uma população cujos membros pretendem constituir uma ‘nação’ factual ou potencial”.¹⁷

De uma forma geral, é possível entender o nacionalismo alemão imediatamente antes e durante a Segunda Guerra Mundial enquanto

¹⁴ HERB, Guntram Henrik (1997). “Nationalism, Territory, Maps and Propaganda”. In Guntram Henrik Herb *Under the Map of Germany: Nationalism and Propaganda 1918-1945*. Reino Unido: Routledge, pp. 6-12

¹⁵ ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Reino Unido: Verso.

¹⁶ *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, California: Stanford University [consultado a 23 Set 2012]. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/>

¹⁷ SMITH, Anthony D. (2001) *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Reino Unido: Polity Press, p. 20

fenómeno melhor representado pela primeira definição; isto é, uma preocupação com a identidade nacional, cimentada por um conjunto de elementos fundadores comuns, que lhe conferiam uma coesão histórica, ideológica e social. Com o fim do Terceiro Reich, esta preocupação desmaterializou-se para dar lugar a uma postura mais próxima da segunda definição, focada primariamente na noção de autodeterminação do povo alemão, e questões de soberania nacional no contexto do novo espaço político europeu que se formava. No entanto, apesar de ser possível identificar o final da Segunda Guerra Mundial como um momento óbvio de ruptura para a narrativa de identidade nacional alemã, ambas as abordagens retiveram, até certo ponto, um carácter construído a partir do topo, planeado e posto em prática pelas elites intelectuais e pensadores orgânicos do país. Tal tinha sido, afinal, a tendência desde o séc. XIX; o nacionalismo alemão surgia a partir da aplicação de doutrinas nacionalistas especificamente alemãs, por sua vez baseadas nas particularidades territoriais e políticas de que a Alemanha usufrui. O modelo nacionalista alemão é, desta forma, um produto muito próprio, formado por aquelas que foram consideradas, num dado momento, as vantagens competitivas do país – sendo a partir desta noção que nascem os movimentos Pan-Germânico e nazi, inspirados pela dimensão e posição alemãs dentro da Europa.¹⁸

Apesar da sua obsolescência após o fim da Segunda Guerra Mundial, a posição essencialmente estadista que pautou o nacionalismo alemão ao longo da primeira metade do séc. XX constitui um exemplo de construção de narrativa nacional que se distingue pelo facto de não ser hereditária nem repousar sobre mitos fundadores o passado – é antes um exercício orientado para o futuro, cimentado pela circunstância histórica e social do momento em que surgiu. Embora de forma completamente distinta em conteúdo, esta tendência viria a ser retomada com o final das conflitualidades, de forma manifestamente democrática.

¹⁸ ALLEN, Richard (2010). «Nationalism and Contemporary German Politics: Inclusion versus Exclusion». In *POLIS Journal Vol.3*. University of Leeds

Um dos maiores sucessos da CDU alemã é, talvez, a forma como abordou as questões de nacionalidade, num momento de indefinição histórica que exigia, em simultâneo, uma eliminação e uma consagração dos elementos que compunham a sua nacionalidade. Se, por um lado, a recente experiência ditatorial tinha demonstrado os efeitos extremadamente negativos do nacionalismo, a completa rendição nacional e remoção dos seus elementos identitários deixavam a Alemanha num momento de indefinição soberana.

Confrontada com uma problemática potencialmente paralisante, a postura democrata cristã na Alemanha abordou a questão de forma incisiva, incorporando os elementos históricos da sua identidade nacional no seu discurso em vez de os remover por completo. No seguimento de diversas iniciativas de consciencialização da população alemã relativamente ao Holocausto, instaurava-se no país uma noção de ‘culpa colectiva’ pelos excessos do Terceiro Reich, segundo a qual a responsabilidade pelo sucedido deveria ser suportada pela Alemanha enquanto nação, e não limitada a uma ‘culpa exclusiva’, reservada aos altos dirigentes nazis. O resultado deste processo de restauração identitária alemã traduzia-se, inevitavelmente, num sentimento de “dever histórico” relativamente à forma como a população Alemanha assimilava, assumia, e recorria à sua nacionalidade enquanto elemento identitário.^{19 20}

Impérvia, embora não indiferente, a esta questão, a escolha da CDU centrou-se num discurso partidário que salientava a união nacional enquanto elemento fundamental para a recuperação do país – aspecto reflectido não apenas na designação do partido, como no seu esforço em assumir um carácter interconfessional, colmatando as diferenças entre grupos religiosos e sociais distintos. Apelava a um consenso nacional que colocava a ênfase numa noção de “Estado” e não tanto de “Nação”, afastando-se da tradição conservadora. O elemento da unificação nacional era então a vontade de

¹⁹ MARCUSE, Harold (2001). *Legacies of Dachau: The Uses and Abuses of a Concentration Camp, 1933-2001*. Reino Unido: Cambridge University Press

²⁰ TILL, Karen E. (2005). *The New Berlin: Memory, Politics, Place*. EUA: University of Minnesota Press.

uma Alemanha unida, politicamente coesa, e marcada pelo seu afastamento da experiência anterior, mais focada numa definição étnica de nacionalismo. A resposta da CDU acompanha, desta forma, a dinâmica política que retira a Alemanha da Segunda Guerra Mundial e actua no sentido de a afastar dos ideais expansionistas e totalitários do regime nazi. Gera-se um consenso político anti-totalitário, baseado na confrontação alemã com o seu passado recente, e que dá origem a uma noção de Estado-nação pós-clássico.²¹

É através do confronto com a sua História e do esforço de reconstrução de uma identidade nacional que a Alemanha desenvolve uma postura de ‘nacionalismo desnacionalizado’, reconhecendo os seus erros e exprimindo a vontade de avançar no sentido de os redimir. Consegue, desta forma, reter o sentimento nacionalista enquanto parte da sua identidade nacional, mas afastando-se de uma definição etnocêntrica para dar lugar a um conceito de nacionalismo mais alargado, com base numa noção cultural e cívica de comunidade nacional alemã.²²

A DOUTRINA SOCIAL CATÓLICA

Apesar da sua orientação cristã que, à partida, parece ameaçar excluir aqueles que representam o seu contrário (isto é, os não-cristãos), a manifestação política da CDU demonstrou um carácter inclusivo, com uma capacidade de absorção que ultrapassa limitações de classe e, em certos casos, até de denominação religiosa, integrando Católicos e Protestantes numa mesma identidade política. Não obstante, a principal clivagem associada à democracia cristã continua a ser a clivagem religiosa, embora esta tenha vindo a decrescer em intensidade com o passar do tempo.

Surgindo da oposição ao secularismo e anti-clericalismo da democracia liberal, a democracia cristã representa uma reacção politicamente

²¹ MULLER, Jan Werner (2011). «Is Germany's Future Still European?» In *Eurozine*, pp. 2-3

²² ALLEN, Richard (2010). *Ibid*

organizada que tem como objectivo, através do seu afastamento da Igreja e transformação em estrutura partidária, a defesa e perpetuação dos seus interesses terrenos.²³

Como tal, a religião permanece um elemento fundador da identidade dos partidos confessionais, funcionando como um ponto de coesão entre os que aderem à sua causa. Daí resulta uma unidade baseada em valores morais que, em parte, chegam a exceder a ideologia política, dando origem a um grupo heterogéneo que encara a denominação religiosa, e não de classe, como elemento de coesão partidária. No contexto de uma unidade heterogénea, a democracia cristã alemã promoveu a integração, o compromisso (entre classes) e o pluralismo, dando origem a uma organização partidária distinta cuja afirmação na política europeia se deveu, em parte, à sua flexibilidade societal e capacidade de atingir um consenso entre diferentes grupos da sociedade.²⁴

As bases ideológicas da CDU têm as suas raízes na doutrina social católica, por sua vez enunciadas na encíclica *Rerum Novarum* de 1891, de onde consta uma apreciação crítica dos modelos capitalista e comunista, enfatizando a preocupação com “a miséria injustamente imposta à maioria das classes trabalhadoras”, e a urgência da cooperação e justiça social enquanto garantias do respeito pela condição humana. Inspirada pelos ideais de solidariedade e apoio ao próximo que estão na origem da tradição social católica, a proposta política da CDU era inicialmente marcada por um carácter mais esquerdista, numa tentativa de se demarcar da direita e de tentar iniciar uma nova tendência na política social, de carácter socialista não-marxista.²⁵

O *Neheim-Hüstener Programm* de 1946, um dos primeiros programas políticos da CDU, reflectia estes valores. Centrado no debate sobre o ‘socialismo cristão’, o programa entendia este como uma resposta adequada

²³ KALYVAS, Stathis N. (1996) *The Rise of Christian Democracy in Europe*. EUA: Cornell University Press.

²⁴ KALYVAS, Stathis N. e van KERSBERGEN, Kees (2010). *Ibid*

²⁵ Leão XIII (1891). “*Rerum Novarum*”, terceiro parágrafo

à experiência das décadas imediatamente anteriores, expressando a vontade de algumas facções do partido em introduzir uma vertente intervencionista na economia. Esta visão, essencialmente anti-materialista, pretendia a criação de uma “outra, nova Alemanha”, construída sobre a antítese do materialismo do regime nazi e enraizada na unidade nacional e criação de um estado democrático e federal.

O debate interno levou a um não-consenso, e à substituição do *Neheim-Hüstener Programm* pelo *Ahlener Programm*, um ano mais tarde. Mais fortemente marcado pela influência de um ‘socialismo cristão’, o *Ahlener Programm* figura na história da CDU como um dos seus manifestos mais marcantes, recuperando os valores da doutrina social católica e a ética social protestante dos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. Procurando encontrar um compromisso entre as diferentes facções religiosas existentes dentro do partido, reiterava-se a vontade de construir uma nova Alemanha à imagem da antítese do Terceiro Reich, cujo propósito da ordem social e económica não poderia mais ser o lucro capitalista e o poder, mas apenas o bem-estar da população, criando para o efeito uma constituição social que cumprisse a lei e respeitasse a dignidade do Homem ao proteger a paz interna e externa.

A presença da corrente socialista é explicada, em grande parte, pela circunstância histórica – por um lado, enquanto uma reacção às consequências sociopolíticas do regime nazi, e por outro, pela preponderância da ala esquerdista dentro do partido, liderada por Jacob Kaiser, que pedia um maior enfoque num “socialismo de responsabilidade cristã”. No entanto, é igualmente a circunstância histórica que contribui, ultimamente, para uma reavaliação do socialismo cristão.

A oposição a uma vertente mais socialista da aplicação da doutrina social católica à ideologia do partido proveio de Konrad Adenauer, que até assumir o cargo de Chanceler nas primeiras eleições após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1949, deu preferência a uma economia social de mercado – tendência que assumiria um papel central na política da CDU ao chegar ao Governo, sobrepondo-se esta noção aos ideais socialistas dos finais da década de '40.

A colocação à esquerda do partido rapidamente se retraiu e transformou, assumindo contornos que vieram a alinhar o partido com uma posição de centro-direita, em concordância com a tradição democrata cristã. O início da Guerra Fria levou a uma reconsideração da política socialista prevista pelo *Ahlener Programm*, dada a fulcralidade da Alemanha enquanto aliada vital europeia, indispensável na recuperação económica do continente, em parte dependente da re-activação da indústria nacional. A economia basear-se-ia, desta forma, num sistema capitalista de mercado e competitividade, complementado por uma política social que garantisse os direitos dos trabalhadores e protegesse a Alemanha contra os efeitos negativos da integração.

Estes são alguns dos ideais que figuram no programa político apresentado pela CDU para as primeiras eleições parlamentares de 1949 – *Die Düsseldorfer Leitsätze [The Düsseldorf Guidelines]*. Enfatizando uma orientação programática de economia de mercado que se afasta dos ideais do *Ahlener Programm*, a CDU desenvolve um conceito social assente nos princípios de auto-determinação económica e concorrência leal, segundo os quais a intervenção pública se deveria conformar ao mercado, e o sistema de segurança social deveria estar intimamente ligado à participação no mercado de trabalho. Daí resultaria uma forte correlação entre a contribuição pessoal e os benefícios recebidos, de forma a assegurar um equilíbrio entre utilidade económica e justiça social.^{26 27 28}

A vitória de Adenauer em 1949 vem, desta forma, assinalar “o fim do cristianismo social da CDU”, dando início a uma ‘terceira via’ de desenvolvimento económico compreendida entre as noções de Estado

²⁶ BLANK, Theodor. (1967) *From the Ahlen Program to the principles of Düsseldorf - History of Economic Thought For the CDU*. Alemanha.

²⁷ STJERNØ, Steinar (2009). *Solidarity in Europe: The History of an Idea*. Reino Unido: Cambridge University Press.

²⁸ STJERNØ, Steinar (2009). *ibid*

providência e de conservadorismo neoliberal, unindo a justiça social a uma economia de mercado e o individualismo à responsabilidade colectiva.^{29 30}

Este modelo, intrinsecamente alemão, surge do esforço de pensadores e reformistas nacionais que tentam desenvolver uma ordem socioeconómica baseada nos valores da doutrina social católica, abreviando as clivagens entre liberalismo e socialismo. Na base deste esforço encontra-se a tentativa de união das diferentes denominações religiosas existentes na Alemanha – neste caso, católicos e protestantes – reduzindo a compartimentação e sectarismo das clivagens ideológicas registadas nas décadas anteriores e dando origem a uma ‘terceira via’ mais pragmática, sustentada por uma estrutura partidária *catch-all* capaz de unir os diferentes grupos numa identidade comum.

CONCLUSÕES

A CDU surge na Alemanha no rescaldo da Segunda Guerra Mundial como um dos primeiros partidos interconfessionais, assumidamente cristão. Inspirada pela doutrina social católica e com vista a formar uma verdadeira ‘união’, a sua presença e sentido de oportunidade numa conjuntura crítica da história alemã garantiram-lhe a posição enquanto um dos maiores partidos nacionais, e aquele que mais anos tem estado no poder desde 1949. Herdando a preferência política de uma grande parte da população através da sua capacidade de inclusão e aproximação dos dois grupos mais marcantes da principal clivagem da sociedade política alemã, a CDU conseguiu afirmar-se como um partido *catch-all*, simultaneamente

²⁹ UERTZ, Rudolf (2001). “Christentum und Sozialismus” In Gerd-Rainer Horn e Emmanuel Gerard *Left Catholicism 1943-1955: Catholics and Society in Western Europe at the Point of Liberation*. Alemanha: Leuven University Press.

³⁰ CUPPLES, Michelle (1999). *The making of an ideology of the third way: the evolution of Christian Democracy in Germany (with special reference to 1945-49)*. Birmingham: Aston University

conservador e progressista, determinado a desempenhar um papel fundamental na reconstrução das estruturas nacionais.

Na sequência de uma série de ajustes ideológicos ao longo da segunda metade da década de '40, a CDU afasta-se progressivamente dos ideais de cariz mais socialista que se encontram presentes nas suas primeiras propostas para dar origem, aquando das primeiras eleições para o Bundestag, a um manifesto político que a coloca em sintonia com os restantes movimentos democratas cristãos no resto da Europa. Chega, desta forma, a uma ideologia que pretere alguns dos elementos sociais da tradição cristã em função de uma abordagem de economia social de mercado, preconizada e representada pela figura de Konrad Adenauer.

Apesar das diversas exigências de diversa ordem impostas pelo momento histórico em que a CDU toma o poder, a sua proposta para a reconstrução política e económica da Alemanha traduz-se num esforço colectivo de unidade nacional, assumindo uma importância fundamental para o futuro do país. Um dos seus maiores triunfos será, eventualmente, a forma como estabelece um consenso político que atravessa a população alemã, unindo-a numa identidade que mais que partidária ou ideológica, é social. Consegue-o através da sua postura inclusiva, orientada para uma estrutura *catch-all*, com as suas base num discurso que cria uma nova designação partidária, num momento em que se pretende criar uma nova Alemanha. O que faz é mais do que uma formulação retórica; é o estabelecimento de uma identidade nacional que nasce da impossibilidade do nacionalismo, mas tem como objectivo um propósito semelhante – um sentimento de pertença capaz de unir a população num esforço comum, e conferir-lhe um sentido de direcção colectiva.

O elemento notável que compõe esta identidade não é, no entanto, a sua mera criação, mas sim o seu conteúdo. Dada a dificuldade histórica da afirmação desta identidade com base num conceito de 'Nação' no sentido clássico, o esforço da CDU apoia-se no desenvolvimento de um diálogo que visa, através da promoção dos valores que constituem a doutrina social católica, o estabelecimento de uma nova estrutura social e política, voltado para um futuro que é, inevitavelmente, uma consequência do passado recente. Seguindo esta linha de raciocínio, a identidade criada em torno da

proposta democrata cristã parte de um entendimento da história nacional, reinterpretando as suas tradições e redefinindo o seu significado no contexto de uma estrutura partidária interconfessional. A aderência ao projecto decorre igualmente do contexto social, representado e reflectido pela percepção nacional da população face ao seu país, e a comunidade que este representa. O sentido de pertença cimenta-se assim na estrutura partidária, não estadual.

Se, por um lado, parte do sucesso da democracia cristã da Alemanha após a Segunda Guerra se justifica pela sua capacidade de flexibilidade ideológica e numa vaga definição dos seus conteúdos programáticos – consequência da orientação *catch-all* do partido – é inegável que a identidade que surge no pós-guerra se apresenta como um elemento de unidade nacional capaz de criar uma estrutura firme e democraticamente estável. Forjando a sua união nacional de forma ideologicamente ‘desnacionalizada’, a aposta alemã num cristianismo democrata de sentido lato provou a sua capacidade de ultrapassar, de forma eficaz, as rupturas históricas a que se viu sujeita ao longo das décadas anteriores, apoiando-se numa nova identidade como o primeiro passo no seu regresso à Europa e processo de reconstrução nacional.

A EVOLUÇÃO DO DISCURSO DEMOCRATA CRISTÃO NA ALEMANHA ENTRE 1945 E 1989

O surgimento da doutrina democrata cristã na Alemanha no período que se segue à Segunda Guerra Mundial constituiu um dos elementos mais importantes para a sua reconstrução. Aparecendo, num dos momentos mais críticos da história alemã como uma estrutura partidária democrática, inclusiva, e determinada a devolver a Alemanha ao seu continente do ponto de vista político e cultural, a *Christian Democratic Union* representa um monumento político fundamental do sistema partidário alemão.

Fundado por Konrad Adenauer no rescaldo de 1945, a CDU viria a sofrer severas alterações programáticas antes de o partido chegar ao poder, no seguimento das eleições de 1949. A sua renovação identitária não viria, no entanto, a estagnar depois desse momento, sendo apenas uma de várias adaptações do partido à realidade nacional e internacional da qual fazia parte.

O contexto histórico é, sem dúvida, indispensável para a compreensão das adaptações da democracia cristã da Alemanha, e da sua evolução dentro da esfera política do país, realizando um percurso que, tendo início na doutrina tradicional católica, se torna cada vez mais marcado por um carácter pragmático e orientado para as especificidades do caso alemão, e culmina na consolidação de um partido de massas que se mantém, ao longo da segunda metade do séc. XX, uma totalidade de trinta e cinco anos no poder.

O primeiro capítulo visou apresentar uma resenha histórica do surgimento da democracia cristã na Alemanha, identificando as particularidades da sua formação e sua adaptação ao tecido partidário nacional, e a sua relação com a questão alemã de 1945, inevitavelmente associada à necessidade de reconstrução de uma identidade nacional. No

seu seguimento, este capítulo pretende esboçar o percurso realizado pela CDU em direcção à Europa ao longo dos mandatos dos seus diferentes líderes partidários, personificados na imagem dos respectivos chanceleres – Konrad Adenauer, Ludwig Ehrhard, Kurt Georg Kiesinger e Helmut Kohl. O objectivo é tentar compreender as alterações programáticas e ideológicas levadas a cabo pela CDU ao longo dos anos que a Alemanha avança para a consolidação da sua democracia, e do seu lugar dentro do contexto europeu. Pretende descrever-se, desta forma, a trajectória do partido entre o final da Segunda Guerra Mundial (momento da sua génese) e a reunificação alemã de 1990, naquele que é entendido como o período mais fundamental de reafirmação alemã dentro da Europa, e indissolúvel da própria construção institucional europeia. Neste sentido, compreende-se a unificação como a culminação e encerramento de um capítulo da história da democracia cristã alemã, enriquecida como foi entre o período em análise pela pluralidade de propostas políticas para a reconstrução alemã, fundamental como era no final da Segunda Guerra.

Assim, pretende explorar-se a diversidade ideológica latente dentro da CDU entre 1945 e 1990, com principal enfoque nas figuras de partido e governo que lideraram o movimento democrata-cristão durante este período e foram, em grande parte, responsáveis pela dinâmica de transformação política e adaptação social do partido à realidade nacional. Para o efeito, salientam-se os momentos críticos no percurso da CDU ao longo do período em análise, tentando perceber a importância dos contributos políticos e ideológicos de cada líder (e a sua respectiva liderança) quando combinados com a conjuntura social e histórica.

A RECONSTRUÇÃO DE UM PAÍS – KONRAD ADENAUER (1945-1963)

A Alemanha que elege Konrad Adenauer ao cargo de Chanceler em 1949 é um país marcado pela derrota colectiva e pela experiência traumática que se segue ao final da Segunda Guerra Mundial. Com a maioria das suas cidades em ruínas, um sistema de transporte nacional destruído, e um

número de habitantes deslocados ou sem habitação na ordem das dezenas de milhão, os anos que se sucedem ao fim do confronto bélico implicaram uma reconstrução estrutural do território. A eleição do primeiro Chanceler a governar sob a égide da nova Constituição alemã assumia, como tal, mais do que uma importância simbólica, culminando na escolha da pessoa a quem caberia a tomada de decisões num momento crítico da história nacional. Com uma longa carreira política baseada na cidade de Colónia, onde se encontrou em constante oposição às políticas autoritárias do governo nazi, Adenauer não era, de todo, um estranho a cargos de poder, tendo recorrido à sua experiência política para construir o partido pelo qual cabecava as eleições. O seu esforço de génese partidária, iniciado após o fim da Segunda Guerra e mantido convictamente até à sua inevitável demissão em 1963, desenvolveu-se em paralelo à sua activa participação no processo de reconstrução nacional, incluindo a sua presidência no conselho parlamentar responsável pelo esboço das fronteiras políticas da República Federal Alemã, respectivamente ocupada pelos Aliados franceses, britânicos e norte-americanos.

Ao longo deste período politicamente conturbado, a CDU surgia como um partido de unificação nacional, tendo como principal objectivo a criação de uma nova estrutura partidária capaz de albergar os diferentes grupos sociais da sociedade alemã sob uma única ideologia. A figura de Adenauer apresentava-se de forma indissociável do partido, desde logo pelo papel que este desempenhou na sua formação e estabelecimento nos anos imediatamente anteriores à sua chegada ao poder no cargo de chanceler.

Com a ratificação da nova Constituição alemã em Maio de 1949 e a vitória eleitoral de um governo CDU liderado por Adenauer três meses depois, a política externa alemã centrou-se essencialmente numa resposta europeia à questão alemã. Desde logo, a CDU assume uma postura europeísta dentro de um debate partidário que dividia os moldes do futuro alemão em duas alternativas possíveis: a unificação nacional e a integração europeia. Identificando, no seu manifesto de 1950, a sua missão como “cultural, Europeia e social”, o partido colocou a ênfase no processo de integração europeia enquanto solução para a questão alemã, sendo que a presença da Alemanha num quadro institucional europeu seria não

mutuamente exclusiva com, mas antes complementar e conducia ao percurso que tinha a fazer para conseguir a reunificação nacional.³¹

Esta visão contrastava com a do SPD, que defendia a necessidade da unidade territorial antes de serem realizados quaisquer avanços no sentido de um processo de integração europeia. O principal objectivo de Adenauer (e, conseqüentemente, da CDU) era, no entanto, a transição a realizar pela República Federal Alemã em direcção a um estado soberano e democrático. Nas palavras do partido:

From the start, the CDU built its existence upon the European integration of Germany and for the connection to the West in the European partnership and NATO. Since the separation of Germany into two parts, the central goal was the reunification of our fatherland.³²

Com o fim da sua ocupação militar em 1952, e a entrada do país nos fóruns de cooperação internacional de maior relevância ao longo da mesma década – tornava-se membro da NATO em 1955 e seria membro-fundador da Comunidade Económica Europeia em 1957 – a Alemanha dava, desta forma, os primeiros passos face a um reconhecimento internacional da sua soberania – e não menos, do seu compromisso para com a Europa. Neste sentido, Adenauer colocava a ênfase no multilateralismo, demonstrando a sua vontade de estabelecer laços diplomáticos com os Estados Unidos da América e a França, tendo aberto canais de comunicação com a União Soviética e as nações comunistas do oriente, embora se tenha recusado a reconhecer a República Democrática Alemã.

As eleições de 1957 vieram confirmar esta tendência, com o seu enfoque nas questões nacionais. Com uma elevada popularidade decorrente da negociação de prisioneiros de guerra dos campos soviéticos e uma extensa reforma de pensões, Adenauer levou a CDU/CSU à sua primeira (e

³¹ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

³² CDU Deutschlands. *The CDU of Germany* [consultado em 23 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.cdu.de/en/3440_3457.htm

até à data, única) maioria absoluta numa eleição livre alemã. No entanto, os finais da década de '50 marcariam o início de uma discussão programática entre católicos e protestantes dentro da CDU, sobre a identidade cristã do partido. A relação do partido com a sua 'única ideologia' divergia dentro da sua própria estrutura interna, por algum tempo incerta sobre a natureza ideológica do partido. Desde logo, demarcava-se uma incongruência entre a visão de Adenauer e a da ala mais esquerdista do partido quanto ao carácter social da ideologia democrata cristã, que viria a pautar uma das principais fontes de menor tensão sentida à escala intra-partidária.

Enquanto figura fundamental da história da CDU pelo seu papel na sua criação e estabelecimento no tecido político da Alemanha do pós Segunda Guerra, a visão de Adenauer para o partido que liderava afigurava-se de forma indissociável da sua pessoa. Não obstante, a sua relação com o partido seguiria uma lógica de aproximação e afastamento, mediante a qual Adenauer procurou integrar, até certo ponto, a sua ideologia pessoal na do partido, que nem sempre a espelhou na totalidade. Apesar dos fundamentos sociais do partido com as suas raízes na doutrina tradicional cristã, Adenauer acreditava numa CDU baseada na dignidade do indivíduo e na realização desta dentro de um sistema económico livre, defendendo a prevalência deste sobre um qualquer sistema económico centralizado. A sua noção de sociedade decorre da “compreensão cristã do Homem enquanto uma criação de Deus” e da sociedade enquanto “um conjunto de indivíduos iguais que, embora imperfeitos, devem ser tratados com igualdade.” Com base neste princípio, advoga “o avanço da liberdade, democracia, estado de direito e os princípios de uma economia social de mercado através da Alemanha, Europa e resto do mundo.”³³

Adenauer repudia assim tanto os ideais comunistas como os fascistas enquanto visões do mundo que se opõem à concretização plena do indivíduo e dos seus direitos na sociedade. Espelhava, desta forma, a tendência geral alemã do período que se seguia à Segunda Guerra,

³³ Konrad Adenauer Stiftung (2011). Christian Democracy: Principles and Policy Making, p. 2 [consultado a 23 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_21408-544-2-30.pdf?110620094744

fortemente marcado por uma postura colectiva contrária à conflitualidade sistematizada da década anterior. No entanto, a interpretação de solidariedade social de Konrad Adenauer não ia de encontro àquela que predominava no partido, que ao colocar a tradição social cristã em primeiro plano, pretendia combinar esta com um sistema económico de teor mais socialista.

A estratégia política de Adenauer colocava a ênfase na capacidade alemã em adaptar-se à nova realidade nacional e internacional em que a Alemanha se encontrava. O seu projecto de mercado livre funcionava, desta forma, de acordo com um sentido dual – se, por um lado, se apresentava como uma proposta de teor puramente económico capaz de transformar a Alemanha numa das economias europeias mais bem-sucedidas da segunda metade do séc. XX, operava igualmente a nível político enquanto elemento de distinção da ‘outra Alemanha’, de carácter marcadamente socialista.

Da conjugação dos ideais económicos de Konrad Adenauer com a sua visão internacional pautada pelo multilateralismo surgem os primeiros passos em direcção à Europa. O final da Segunda Guerra trouxe consigo o ressurgimento da democracia cristã associada aos ideais pan-europeístas que proliferavam pelo continente, no seguimento da generalização de um conceito de ‘Estados Unidos da Europa’. Com a necessidade de reintroduzir uma Alemanha democrática à Europa de forma institucionalmente vinculativa, recuperou-se o princípio Kantiano de interligação económica como garantia de protecção contra qualquer conflitualidade futura – no fundo, assegurar a neutralidade alemã. A força do movimento democrata-cristão na Alemanha, aliada à sua construção homóloga na França (representada pelo *Mouvement Républicain Populaire*), criou o momento propício para a discussão de um projecto europeu, a ser concebido com base nos valores tradicionais cristãos aplicados a uma estrutura supranacional, e que cimentaria o eixo Paris-Bona, pedra angular da CECA e, a seu tempo, a Comunidade Económica Europeia.³⁴

³⁴ TONGEREN, Jonathan van (2011). *Christian Democracy: the Champion of Subsidiarity* [consultado a 9 Setembro 2012]. Disponível em: <http://bedum.christenunie.nl/k/news/view/478090/44795/Christian-Democracy-the-Champion-of-Subsidiarity.html>

O Tratado de Roma veio instaurar o projecto institucional europeu como tal, reflectindo originalmente um teor supranacional que, a médio longo prazo, se reduziu em intensidade para dar lugar a uma construção ideologicamente compreendida entre o supranacionalismo e o intergovernamentalismo – uma dinâmica de integração gradual que se mantém até hoje e é designada por método comunitário.

O compromisso de Adenauer para com a Europa decorria da sua estratégia política para a Alemanha: o estabelecimento de um país democrático, soberano, e integrado no continente europeu através de uma política de multilateralismo e crescimento económico. Não obstante, as bases para a criação de uma estrutura institucional europeia podiam ser encontradas, em parte, em alguns dos elementos-chave da democracia cristã – desde logo, o princípio da subsidiariedade. Os ideais europeístas do pós-Segunda Guerra Mundial influenciaram, indubitavelmente, o debate inter e intra partidário da questão alemã, equacionando esta num contexto europeu. No entanto, é também na experiência pessoal e política de Konrad Adenauer que surge o seu apoio ao projecto comunitário, defendendo uma construção federal por oposição a uma estrutura centralizada (forma de organização política por ele repudiada, e associada aos modelos comunista e fascista que considerava contrariarem a dignidade humana).

A conturbada experiência de Adenauer com o regime nacional-socialista enquanto *Oberbürgermeister der Stadt* da cidade de Colónia cimentou a sua aversão pessoal e política aos laivos autoritários de um sistema centralizado. O federalismo surgia, como tal, enquanto um conceito antípoda à centralização extrema do poder da Alemanha nazi, passível de transcender as fronteiras nacionais – não se limitava apenas a um sistema de comunidades e distritos pautados pelo princípio da subsidiariedade, afigurando-se como uma visão mais ampla de sociedade federal, capaz de unir diferentes estruturas de governação (países) sob a égide de um modelo supranacional em que cada tarefa seria realizada ao nível de capacidade correspondente. Nas palavras de Adenauer:

The concept of federalism is often too narrowly defined. People understand it to be the relation between – I am talking of Germany in this case – the states and the federation. No! This is much too narrowly thought. The federalist idea is much broader. It consists therein that everything that a smaller organ can do, must be done by the smaller organ. The federalist idea is diametrically opposed to centralism.³⁵

O conceito de subsidiariedade implícito na visão federalista de Adenauer advinha, desta forma, não apenas da sua familiaridade com a doutrina social católica, mas também da sua experiência política, considerando o modelo federal como uma parte fundamental ao bom funcionamento da democracia. Simultaneamente, a integração alemã no projecto europeu promovida pelo movimento democrata-cristão permitia ao país ultrapassar a problemática nacionalista que o ameaçava paralisar. Garantia-se, através da vinculação da Alemanha à Europa, o seu compromisso para com o crescimento económico e político do continente ao mesmo tempo que a identidade alemã se conseguia apoiar numa noção de nacionalismo desnacionalizado, voltado para a Europa e não apenas para si mesmo.³⁶

Uma matriz de análise da política externa da CDU proposta por Ulrich Lappenküper comprova-o, ao identificar quatro momentos distintos no período em que Konrad Adenauer se encontra no poder – a saber:³⁷

a] Fase do Reno (1945-50), dominada por Konrad Adenauer e direccionada aos países vizinhos na Europa Ocidental;

b] Fase Federalista Europeia (1950-54), com vista a uma Europa unida por um enquadramento político comum;

³⁵ TONGEREN, Jonathan van (2011). *Ibid*

³⁶ TONGEREN, Jonathan van (2011). *Ibid*

³⁷ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

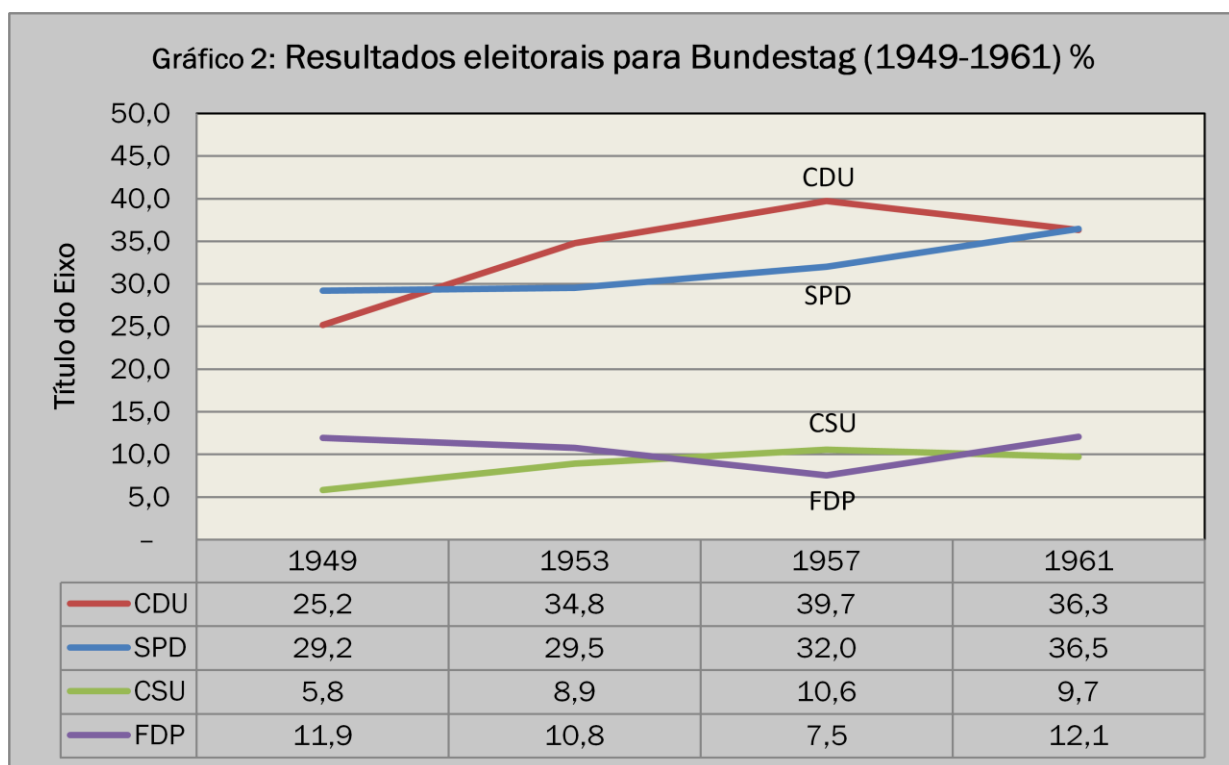
c] Período Francês (1955-58), durante o qual o processo de integração económica é realizado em cooperação estreita com a França;

d] Época Gaulista (1958-63), centrada na figura de Konrad Adenauer que vê a aliança Franco-germânica como o motor indispensável da federação da Europa Ocidental;

Mais uma vez, salienta-se o carácter multilateral da política externa de Konrad Adenauer, e a vontade de encontrar consensos políticos que transcendem a esfera nacional, de forma a enquadrar a Alemanha no continente a que pertence, geográfica e politicamente. No âmbito do diálogo internacional estabelecido pelo chanceler, a constante ideológica é a necessidade de Europa. Cada vez mais, a noção de que unidade do Estado se tornava possível através da unidade europeia tornava-se clara, por constituir a opção mais desejável tanto a nível de sustentabilidade como de rapidez.

A subida de Charles de Gaulle ao poder em França, enquanto líder da *Rassemblement du Peuple Français* – inicialmente como Primeiro-ministro, em 1958, e como Presidente da República Francesa no ano seguinte – veio alterar a dinâmica da cooperação entre Paris e Bona, e consequentemente, o processo de integração do projecto europeu. Com a conjunção de Adenauer e de Gaulle enquanto figuras de poder carismáticas, assistiu-se a um retorno à política centrada na integridade do Estado-Nação, e a uma reformulação do confronto “dois contra um” dentro da Europa, em que a Alemanha e a França assumiam uma cada vez maior importância (não menos pela sua cooperação política) ao mesmo tempo que o Reino Unido era colocado de fora da construção europeia.

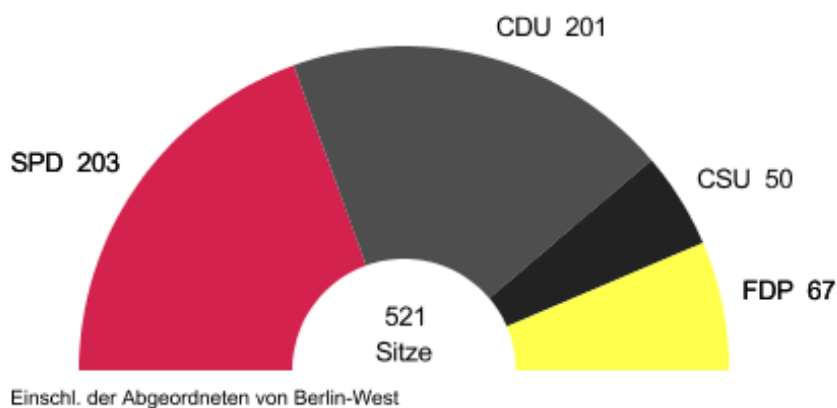
No entanto, apesar do importante caminho percorrido pela Alemanha no espaço dos três mandatos de democracia cristã, a evolução do ambiente político nacional demonstrou, nos inícios da década de '60, o desgaste do partido, simbolizado pela figura de Adenauer. As eleições de Setembro de 1961, marcadas por um crescimento significativo do FDP, trouxeram a primeira maioria de votos para o partido de oposição SPD desde a eleição de 1949.



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

Gráfico 3: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Setembro 1961)

Sitze der Parteien im 4. Deutschen Bundestag 1961
Stand bei der Wahl



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

A coligação CDU/CSU-FDP decorrente dos resultados e da incapacidade da democracia cristã em obter uma maioria absoluta assegurou aquele que viria a ser o último mandato de Konrad Adenauer enquanto chanceler. O declínio da sua popularidade, associado à construção do muro de Berlim e à difusão de uma imagem de rigidez pela opinião pública, evidenciavam uma vontade de mudança coincidente com a progressiva melhoria dos resultados eleitorais do SPD, liderado por Willy Brandt. Em última instância, as pressões decorrentes da fronteira física erigida na capital, juntamente com a erupção do Spiegel-Affäre, culminaram na demissão de Adenauer, em 1963.³⁸

UMA VISÃO DIFERENTE NUM CONTEXTO DE DIFERENÇAS – LUDWIG EHRARD (1963-1966) E KURT GEORG KIESINGER (1966-1969)

Ludwig Ehrard, ministro da economia e vice-chanceler alemão durante parte do governo de Adenauer, sucedeu-lhe no cargo de líder da coligação CDU/CSU-FDP. Apesar da relação de proximidade política entre os dois, é sabido que esta não se traduzia numa qualquer relação de afecto pessoal – é, alias, da animosidade entre Adenauer e Ehrard que decorrem alguns dos acontecimentos de maior relevância do mandato deste último, desde o início minado pelo seu predecessor. As suas diferenças pessoais, transpostas para a esfera política e partidária, exacerbaram várias transformações programáticas dentro da CDU, marcando o início do fim para o partido, que

³⁸ KEMPE, Frederick (2011). *Berlin 1961*. EUA: Penguin Group

viria a ser removido do poder nos finais da década de '60, para uma vitória social-democrata.³⁹

Lappenküper identifica o período em que Ehrard ocupa o cargo de chanceler como “uma fase transatlântica”, ao longo da qual “a Alemanha tenta, pela iniciativa de Ehrard e Schröder, criar uma parceria europeia com os Estados Unidos”. E de facto, é na direcção de uma corrente atlântica que Ehrard tenta, durante o seu curto mandato, fazer avançar a Alemanha e a CDU.⁴⁰

Membro da tradição de pensamento liberal conhecida como a *Sociedade de Mont Pelerin* – movimento fundado por Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, e Milton Friedman, entre outros – Ehrard apresentava-se como um herdeiro ideológico do liberalismo clássico, defensor do “próprio mercado como uma construção social [e] legislação social mínima”. O seu projecto para o partido advinha, naturalmente, das suas convicções económicas, e traduziu-se, até certo ponto, num dos grandes esforços de transformação estrutural da economia alemã. Veio, no entanto, continuar a tendência de ‘desvio da norma’ no que dizia respeito à tradição social católica, em parte iniciada por Konrad Adenauer.⁴¹

A sua determinação em apresentar um rumo distinto para o modelo económico alemão constituiu um ponto de ruptura na história do partido, numa altura em que este se encontrava fortemente fragmentado. A saída do poder de Adenauer, combinada com a sua desaprovação de Ehrard enquanto chanceler (nomeação que Adenauer tentou, sem sucesso, impedir), serviu para intensificar uma tensão partidária interna que opôs os dois líderes num debate (político e pessoal) quanto ao futuro do país.

As diferenças entre Ehrard e Adenauer eram subtis, mas marcantes. Desde logo, havia entre os dois uma clara diferença etária (e em certa

³⁹ GRANIERI, Ronald J. (2004). *The Ambivalent Alliance: Konrad Adenauer, the CDU/CSU, and the West, 1949-1966*. EUA: Berghahn Books

⁴⁰ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

⁴¹ MIERZEJEWSKI, Alfred C. (2004). *1957: Ludwig Ehrard's Annus Terribilis*. EUA: University of North Texas, p. 1

medida, cultural) que se reflectia em feitos significativamente distintos. Ehrard apresentava-se como uma figura menos autocrática do que Adenauer, coincidente com a postura mais liberal da década de '60, e procurando afirmar-se como um “chanceler do povo”, preocupado com a comunicação directa com este, e focando-se sobretudo na vertente económica da prosperidade alemã. Para este fim, evitou as questões do nacionalismo e até uma resposta à questão alemã (à data, um assunto menos fulcral do que o tinha sido durante o tempo de Adenauer no poder).⁴²

A preferência Ehrardiana em colocar a ênfase nas questões económicas e demarcar-se das políticas constituía, para Adenauer, uma falha considerável; via, no seu sucessor, a conjunção dos elementos liberais que tinha contribuído para a sua necessidade de demissão, e descuravam dois factores inignoráveis para a governação alemã – por um lado, a necessidade de uma postura firme e bem definida em matéria de política externa em plena Guerra Fria; e por outro, a continuidade do processo de integração europeia.⁴³

Em ambos os domínios, a política de Ehrard ia contra a corrente de pensamento de Adenauer, e da ala mais conservadora da CDU. O “internacionalismo liberal baseado num mercado livre” do novo chanceler via a economia como o ponto essencial e decisivo do futuro Ocidental, favorecendo uma postura transatlântica em função da parceria entre Paris e Bona, e afastando-se, conseqüentemente, dos laços de vinculação política que decorriam do projecto comunitário.⁴⁴

Destas incongruências-base entre as visões do mundo de cada (ex-)chanceler, tomou forma dentro da CDU uma das mais fortes cisões ideológicas na história do partido, opondo dois grandes grupos – o Atlanticista, coincidente com a visão liberal de Ehrard, voltada para os seus ideais de liberdade económica e o estabelecimento de uma parceria mais forte com os Estados Unidos da América e o Reino Unido; e o Gaulista,

⁴² GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

⁴³ GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

⁴⁴ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

cabeceado por Konrad Adenauer e Franz Josef Strauß, defensores de uma política centrada na Europa, e construída em estreita cooperação com Paris. A somar aos apoiantes da ala Gaulista surgia a grande maioria da CSU da Baviera, cuja herança predominantemente católica a alinhava com a visão mais conservadora de Adenauer.⁴⁵

Da dinâmica de oposição destas duas correntes dentro da CDU surgiu um dos debates mais marcantes da cultura política alemã, cuja agressão partidária indiscriminada se manifestou a vários níveis – não apenas dentro do partido democrata cristão, mas também face à sua oposição.⁴⁶

De resto, o momento não era o mais propício à concretização do programa de Ehrard, como a falta de coesão dentro do partido viria a demonstrar. Estabelecidas as bases de um governo democrático na Alemanha, e em grande parte eliminadas as possibilidades de conflitualidade no continente, a República Federal da Alemanha constituía já parte integral do ‘Ocidente’, sendo como tal chamada a assumir a sua responsabilidade no seio desta, e incumbida de tomar decisões face ao futuro da Europa.

O processo de integração europeia constituía um ponto de cisão, com base no respectivo multilateralismo defendido por cada facção. Embora europeísta, a visão de Ehrard para o projecto europeu assumia contornos de uma integração funcional de carácter essencialmente económico, enfatizando uma parceria de segurança paralela com os EUA, e só compreendendo um projecto comunitário que incluísse o Reino Unido. A sua introdução de uma componente interatlântica na política externa alemã assinalou uma reformulação do debate sobre a questão alemã e a sua relação com a Europa, ao rejeitar a proverbial aliança bilateral com a França. Do outro lado, a ala de Adenauer advogava uma posição mais proactiva face à Europa, cuja abordagem institucionalista inevitabilizava um compromisso política e economicamente vinculativo, mediante a fusão institucional. Simultaneamente, a oposição social-democrata ecoava a posição europeia

⁴⁵ GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

⁴⁶ GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

proactiva defendida por Adenauer, salientando a fulcralidade de uma relação entre Paris e Bona.^{47 48}

Os contornos do modelo federalista subjacente à construção europeia constituíam, em parte, a causa de discórdia na CDU. Para Adenauer, a necessidade de uma “Europa europeia”, politicamente dedicada a um projecto único, tomava precedência sobre a realização económica do indivíduo, assumida por Ehrard como o pilar fundamental do crescimento nacional. Só desta forma poderia ser atingida a unidade do Estado, no contexto de uma Europa unificada.⁴⁹

A aproximação de uma nova eleição, em 1965, levou Ehrard a tentar encontrar um consenso entre as diferentes vertentes do seu partido, reafirmando o seu compromisso para com a CEE, a sua vontade de cooperação entre Paris e Bona, e a sua dedicação à protecção dos interesses da Alemanha, dentro da política de *détente*. A ala Gaulista, no entanto, tinha outras expectativas quanto aos resultados eleitorais da próxima eleição. Embora pretendesse uma vitória democrata-cristã, não contemplava com agrado qualquer cenário que implicasse a vitória de Ehrard, ou a possibilidade de este criar uma coligação com o partido liberal FDP. O cálculo político era abrangente: ao se considerar, neste momento, o estabelecimento de uma coligação CDU-SPD, esboçava-se a possibilidade da reestruturação do sistema partidário alemão, ao remover por completo os liberais da cena política nacional.⁵⁰

Sem embargo, Ehrard sai vitorioso nas eleições. Segue-se uma nova coligação com o FDP, e há um breve adiamento da agenda de cooperação política com a França – não sem o suscitamento de algum desagrado por parte de ambas as oposições ao Governo. No seguimento da renovação de Ehrard no cargo de chanceler, a CSU manifestou a sua preocupação com a corrente Atlanticista que ameaçava pautar a política externa alemã ao longo

⁴⁷ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

⁴⁸ GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

⁴⁹ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

⁵⁰ GRANIERI, Ronald J. (2004). *Ibid*

dos quatro anos seguintes. Entendendo o esforço norte-americano para com a Europa como insatisfatório, no âmbito da concentração dos seus esforços no combate ao comunismo e tentativa de estabelecimento de uma relação diplomática com a China, a CSU alertou para a necessidade de uma mais estreita relação entre Paris e Bona, defendendo uma parceria institucional europeia como elemento indispensável para a garantia do futuro político da Alemanha.

O aumento das pressões políticas sobre Ehrard, combinadas com a crise económica de 1966, culminou na sua inevitável demissão no final do mesmo ano. Kurt Georg Kiesinger foi eleito para lhe suceder, enquanto parte de uma grande coligação CDU-SPD (cenário por si já previsto como uma alternativa a um mandato subsequente de Ehrard).

O mandato de Kiesinger, de igual duração ao de Ehrard, contribuiu para uma redução de tensões com o bloco de leste, embora sem grandes avanços em direcção à reunificação nacional. É marcado por uma postura de “política externa evitada” em que “Kiesinger tenta mediar as relações externas da Alemanha entre Washington e Paris”. A nível interno, os confrontos inter e intra partidários que pautaram o mandato do seu predecessor diminuíram em intensidade com o afastamento deste, havendo um alinhamento curioso da democracia cristã com a social-democracia (não menos pela sua coabitação no Bundestag).⁵¹

É, de forma geral, um mandato simbólico do gradual declínio da representatividade da CDU, num momento em que o partido tenta, inconsequentemente, uma reformulação programática com vista a alargar a sua base de voto. Redefinindo e flexibilizando a sua agenda para reafirmar o seu carácter *catch-all*, a democracia cristã pretendia, desta forma, quebrar barreiras de preferência de voto e apelar a um eleitorado mais vasto, reiterando o seu compromisso para com o futuro de uma Alemanha democrática e livre no *Berlin Programme* de 1968. Neste, a CDU corta com os lugares-comuns de programas anteriores, assumindo uma postura mais endógena que coloca a política económica e social em primeiro plano, em detrimento da política externa. O seu objectivo é então demonstrar uma

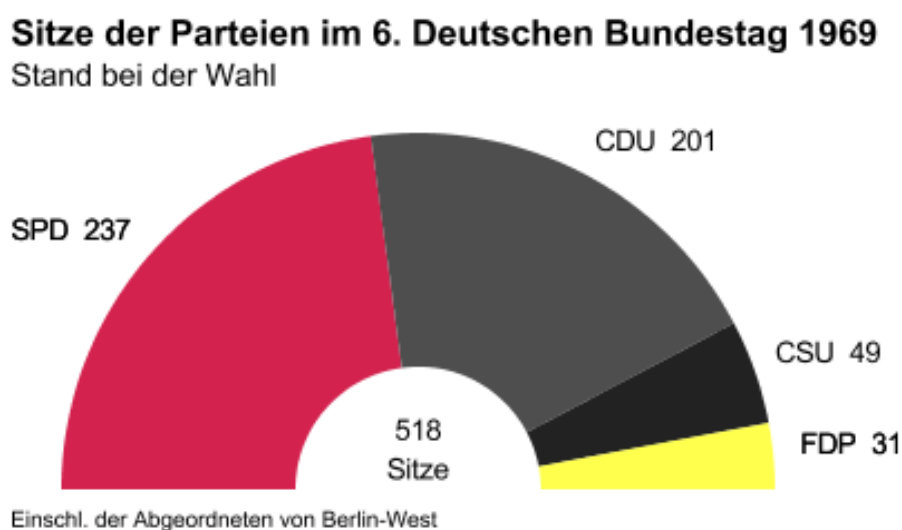
⁵¹ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

consciência social que abandona o anterior enfoque nas questões do capital e a prioridade atribuída aos valores cristãos na formulação da sua política. O programa surge, em parte, enquanto reacção ao mandato de Ehrard, expoente político de uma verdadeira economia de mercado na Alemanha, que desde então evoluiu para um Estado-providência convencional.⁵²

CDU NA OPOSIÇÃO (1969-1983)

Os resultados da eleição de 1969 para o Bundestag confirmaram a progressiva tendência de declínio da democracia cristã na Alemanha, dando uma clara vitória ao partido social-democrata, SPD.

Gráfico 4: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Setembro 1969)



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

⁵² PRIDHAM, Geoffrey (1977). *Christian Democracy in Western Germany: The CDU/CSU in Government and Opposition 1945-1976*. Bristol: Taylor & Francis

Willy Brandt, vencedor da eleição e sucessor de Kiesinger (que viria a permanecer no cargo de secretário-geral da CDU, liderando a oposição até 1971), forma coligação com os liberais FDP, pondo fim ao mandato contínuo de duas décadas de governo democrata-cristão.

A derrota eleitoral da CDU e a sua incapacidade em recuperar o Governo ao longo dos catorze anos que se seguiram tornava uma renovação programática mais urgente. O seu primeiro esforço neste sentido ocorre em 1971, com uma recuperação da identidade democrata-cristã do partido. Ao reincorporar elementos-chave da tradição social católica no seu programa (retrocedendo assim da direcção que tentara seguir com o *Berlin Programme*), a CDU identifica o seu principal objectivo como a garantia da “liberdade do indivíduo”, com base nos princípios da responsabilidade cristã. Reconhece, neste sentido, “um compromisso para com a sociedade, a justiça, igualdade de oportunidades, e solidariedade entre os diferentes cidadãos”, advogando uma economia social de mercado criada a partir do contributo do indivíduo, mas capaz de assegurar o bem-estar colectivo. É ao harmonizar os princípios de competitividade económica e solidariedade social que a CDU integra de forma definitiva os ensinamentos da doutrina social católica e do pensamento de van Ketteler, Pesch, e Nell-Breuning na sua identidade partidária.⁵³

O ano de 1975 traz uma nova reformulação identitária, complementar à imediatamente anterior, que surge a partir do conceito da ‘nova questão social’ (*die neue soziale Frage*) de Heiner Geißler. O objectivo desta era transformar a ideia católica do Homem num elemento primordial do partido, visando reduzir a associação do partido ao mercado liberal e salientar as questões de Estado-providência e solidariedade social. Esperava-se, com esta adenda, uma maior captação do voto feminino e da população reformada.⁵⁴

A Declaração de Mannheim, documento programático divulgado no mesmo ano, é já influenciada pelo conceito da ‘nova questão social’, que passou a assumir um papel central na identidade do partido ao longo dos

⁵³ STJERNØ Steinar (2009). *Ibid*

⁵⁴ STJERNØ Steinar (2009). *Ibid*

seus anos na oposição. A “liberdade, justiça e solidariedade” são apresentados como os valores-base da democracia cristã, datando deste período algumas das mais óbvias referências ao compromisso para com os países de terceiro mundo (uma noção, em si, consideravelmente católica). Paralelamente, recupera-se o princípio de subsidiariedade já defendido por Konrad Adenauer, definindo o papel do Estado enquanto corpo institucional que deve estabelecer os objectivos das actividades públicas e governar tendo os princípios de liberdade e justiça como base.⁵⁵

Os efeitos da(s) crise(s) petrolífera(s) e a resistência da ala mais conservadora da CDU inviabilizaram uma política democrata cristã mais activa; não obstante, é fundamental considerar o período que o partido passa na oposição como um momento crítico de reflexão e desenvolvimento de uma ideologia mais solidarista, centrada nos valores da tradicional doutrina cristã. Dá-se uma importante recuperação e re-perspectivação da identidade do partido em relação aos seus valores fundadores, que até certo ponto redime o seu eventual descuido ao longo dos mandatos dos anteriores líderes da CDU – desde logo, a dinâmica política de Adenauer, sob a tutela do qual o partido rapidamente se afastou dos ideais católicos para se tornar um partido conservador burguês moderno, massificado pela sua abordagem interconfessional que lhe permite colmatar a clivagem entre católicos e protestantes. Ao longo desses anos, apenas as comissões sociais da CDU mantinham os ideais dos ensinamentos católicos vivos, embora sem exercer grande influência na política de organização económica da República Federal.

⁵⁵ STJERNØ Steinar (2009). *Ibid*

O CAMINHO PARA A UNIFICAÇÃO – HELMUT KOHL (1983-1990)

A ausência da CDU no poder ao longo da década de '70 marcou um período de reflexão para o partido e crescimento interno para o partido. No seguimento das suas tentativas de adaptação à nova realidade da Alemanha diferentes programas e congressos levaram a um redireccionamento da política social da CDU centrada nos valores cristãos, mas pautada por uma maior flexibilidade que vai de encontro ao carácter *catch-all* do partido. A década de '70 viu ressurgir uma tendência de retorno às raízes da social-democracia, com a elaboração de um novo programa que enfatiza uma maior organização partidária, e esboça objectivos a longo prazo.⁵⁶

O período de Helmut Kohl no poder enquanto chanceler alemão constitui, juntamente com o de Adenauer, um ponto obrigatório de análise da política da CDU, entendida tanto em si mesma, como enquanto parte integral do cenário político alemão, num momento de conjuntura crítica da sua história. Se Adenauer simbolizara, no difícil período que se segue ao fim da Segunda Guerra Mundial, a tomada dos primeiros passos em direcção a uma Alemanha democrática, Kohl viria a ser o responsável por levar o país à consolidação dessa mesma democracia, possibilitando a sua reunificação e centrando-o fortemente num projecto mais profundo de integração europeia.

A conjuntura política que permitiu tal feito a Kohl teve a sua origem na combinação de factores sociais e históricos que tinham passado a fazer parte constituinte do tecido alemão. Desde logo, o país contava então com uma estabilidade democrática já fortemente cimentada na cultura política nacional. Esta traduzia-se a diversos níveis da sociedade, espelhando um modelo alemão de desenvolvimento com base no consenso social e num crescimento económico progressivo e sustentável. No seguimento do 'milagre económico' dos anos Adenauer, o modelo social de mercado alemão registava indicadores de comportamento económico exemplares,

⁵⁶ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004), *Ibid*

permitindo à RFA atravessar as crises da década de '70 com relativo conforto.⁵⁷

A nível político, a consolidação do sistema partidário “dois mais um” contribuía para uma estabilidade do tecido político nacional, demonstrando a resiliência dos partidos por ele composto. Apesar das diversas alterações económicas e políticas a que o país se encontrava exposto, a sua estrutura era sólida – os efeitos da modernização não se traduziram, desta forma, num novo paradigma eleitoral. A transição de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, associada ao surgimento de um novo eleitorado, mais jovem, herdeiro dos valores pós-materialistas da segunda metade do séc. XX, não conseguiram abalar a estrutura tripartidária em vigor desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Dois casos políticos emergentes ao longo da década de '80 ilustram isso. O primeiro é o surgimento do partido dos Verdes na eleição de 1983, resultado directo dos novos valores introduzidos na sociedade alemã, e quem tem um impacto limitado na distribuição do voto. Outro é o fortalecimento de movimentos populistas radicais dentro da Alemanha que, apesar da tentativa de chegada ao Bundesbank, mostrou ser incapaz de quebra a barreira de acesso de 5%. O sistema partidário alemão comprovava, desta forma, a sua resistência às dinâmicas de alteração política de teor radical, demonstrando o seu compromisso para com o futuro e a estabilidade do país.⁵⁸

⁵⁷ HAMPTON, Mary N. & SØE, Christian (1999). *Between Bonn and Berlin: German Politics Adrift?* EUA: Rowman & Littlefield.

⁵⁸ BETZ, Hans Georg (2001). *Ibid*

Gráfico 5: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Março 1983)



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

Helmut Kohl sai vitorioso nas eleições de 1983, na sequência de uma coligação CDU/CSU-FDP. É o primeiro chanceler de uma geração pós-guerra, até certo ponto removida das conflitualidades que datavam então de quase quatro décadas, permitindo uma perspectiva diferente do papel da Alemanha no continente, aos olhos do país e do continente. A sua postura política era consistente com esta noção, reiterando um compromisso duplo para com o futuro nacional e internacional da Alemanha ao fixar como objectivos a unificação territorial e um avanço no processo de integração europeia.

A ideologia de Kohl reflectia a dinâmica do partido durante o tempo que tinha passado na oposição e o alinhamento conservador que decorria das suas transformações programáticas, pautadas pelo retorno às bases da tradição social católica e uma política social moderadamente interventiva -- tal tinha sido, afinal, o resultado de um importante período de debate sobre as questões de fundo da Alemanha, no âmbito das quais se recorreu ao uso da 'nova questão social' de Geißler como uma forma de chegar às minorias e aos grupos marginalizados. Kohl representa assim um novo líder e uma nova forma de liderança para a CDU. É um homem pragmático, flexível, e

aberto à reforma, que tem como objectivo transformar o legado conservador de um partido associado à figura rígida de Konrad Adenauer numa estrutura renovada, adaptável às novas dinâmicas sociais que deflagram pelo país.⁵⁹

60

A partir desta base, Helmut Kohl lidera a Alemanha em direcção a um novo período da sua história democrática, orientado para a actualização da sua posição política na continuidade da preservação dos interesses nacionais, em que a política externa assume um carácter de importância fundamental. A aderência ao plano internacional decorria do contexto histórico em que o país se encontrava – apresentava-se como uma forma de cimentar as bases de apoio internacionais, na busca de uma resposta à questão alemã que permitisse encontrar uma identidade nacional difusa num contexto de cooperação europeia.

Kohl cultivou, para este fim, uma postura de multilateralismo semelhante àquela defendida por Adenauer, valorizando uma relação de estreita cooperação com François Mitterrand e trabalhando diligentemente na reparação de relações diplomáticas com o bloco soviético através de uma *ostpolitik* compreensiva (embora manifestasse, em simultâneo, o seu apoio às políticas mais agressivas de Reagan para enfraquecer a URSS).⁶¹

Ao nível nacional, o compromisso de Kohl para com a *Deutschlandpolitik* (política nacional de reunificação) comprovava o seu carácter pragmático e orientado para a obtenção de resultados, mantendo uma postura de duplicidade perante as duas forças políticas em balanço. Se, por um lado, presidia a várias negociações com o bloco de leste, trabalhando no sentido de criar uma aproximação com este, é igualmente determinado na postura que assume ao defender o direito histórico da Alemanha à unificação do seu território. Coloca, desta forma, o conceito de liberdade no centro da questão alemã, que admite estar largamente indefinida, mas ser indispensável à realização nacional.

⁵⁹ SOLSTEN, Eric (1995). *Germany: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress.

⁶⁰ PRAGAL, Peter (1998). *The End of a Chancellorship*. Alemanha: Berliner Zeitung.

⁶¹ SOLSTEN, Eric (1995). *Ibid*

Um controverso ensaio de 1986 publicado por um dos membros do governo de Kohl, Michael Stürmer, e intitulado “*Land Without a History*”, veio reflectir uma nova tendência de interpretação da cultura nacional, ao argumentar que, apesar dos vários esforços realizados e vitórias obtidas pelo bloco ocidental alemão em anos recentes, lhe faltava uma base histórica sobre a qual construir um orgulho nacional. A sua premissa de base, segundo a qual “o futuro é vencido por aqueles que cunham conceitos e interpretam o passado”, advogava a responsabilidade do governo e da sociedade civil na criação de uma nova imagem nacional, salientando uma “perda de orientação” decorrente da falta de uma visão positiva da sua história.

Apesar de largamente criticada pela ala esquerdista alemã, a teoria postulada por Stürmer trazia consigo a emergência de uma nova postura nacional – a de uma reavaliação histórica que pretende fazer avançar o país em direcção do futuro, e que salientava as vitórias democráticas da Alemanha no contexto de um continente reconstruído, do qual pretendia fazer parte. Tal noção era, em vários aspectos, coincidente com visão de Kohl para o futuro alemão – a cimentação de uma nova identidade nacional capaz de transmutar a sua imagem de país derrotado e dividido construída a partir da sua difusão no contexto europeu (e não tanto com base nos elementos históricos de identidade nacional). Recuperava, neste sentido, a convicção de Adenauer em mergir a estrutura institucional alemã na da Europa – ou, de alguma forma, conseguir que uma espelhasse a outra – de modo a que a Alemanha conseguisse encontrar a sua identidade (passada e futura) enquanto elemento fundamental do continente.

Na base dos esforços políticos da sua administração, Kohl procurou estabelecer um modelo de emancipação nacional construída a partir da agenda política da RFA. A sua criação política é definida, em grande parte, nesta noção de unidade nacional assente e assegurada pela estrutura institucional de projecto europeu, com o objectivo a médio prazo de reunificação do território alemão. Para tal fim, o modelo político de Kohl demarcava-se, até certo ponto, da ideologia do partido ou da doutrina

subjacente a este – apoiando-se antes no pragmatismo exigido pela necessidade histórica.⁶²

Deste, tomou forma uma postura marcada por um conjunto de elementos que constituíram, ao longo dos mandatos de Helmut Kohl até à queda do muro de Berlim, o âmago da decisão governamental; a saber:

- a afirmação do contraste existente entre as duas Alemanhas, a nível social, político, ideológico;
- uma cooperação pragmática com a RDA, não invalidada pelo ponto anterior;
- a interpenetração das esferas nacional e europeia, estabelecendo a tomada de medidas relativas à unificação no processo de integração europeia.⁶³

A entrada no processo formal de unificação marcou uma cada vez maior aproximação à Europa, com Helmut Kohl a advogar uma solução de integração europeia para dar resposta à questão alemã, presente nos seus “Plano de dez pontos para a unidade alemã” de 1989. A determinação da Alemanha em formar um projecto comunitário capaz de unir os países do continente numa estrutura de cooperação e diálogo demonstrava a sua vontade em entrar em compromissos multilaterais e assumir mais responsabilidades à escala mundial.⁶⁴

O reforço das relações diplomáticas com os Estados Unidos criou uma atmosfera propícia à emancipação alemã, gerando o apoio norte-americano à ideia de uma reestruturação europeia cimentada pela institucionalização da integração europeia, e o papel da Alemanha enquanto potência central deste processo. No entanto, dentro da Europa, países como a França e o Reino Unido demonstravam alguma reticência, desde logo, pelas

⁶² KORTE, Karl Rudolf (1998). «The Art of Power: ‘The Kohl System’ – Leadership and Deutschlandpolitik» In *German Politics*, volume 7, pp. 68

⁶³ KORTE, Karl Rudolf (1998), *Ibid*

⁶⁴ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

implicações políticas e económicas de uma Alemanha reunificada e refortificada, dando preferência ao *status quo* instaurado no seguimento da separação territorial alemã.⁶⁵

Ultimamente, a evocação do seu direito à auto-determinação constituiu uma base *de jure* aceite pelas quatro potências que, apesar das suas dúvidas, aceitaram a pertença alemã à Europa como garantia do seu compromisso. O processo de integração europeia assegurava, desta forma, a criação de uma identidade alemã desnacionalizada que permitia a união nacional num objectivo comum capaz de levar à reestruturação do país, tranquilizando as preocupações dos restantes vizinhos europeus.⁶⁶

A unificação alemã ocorre após o aparecimento de uma janela de oportunidade que decorre da junção dos factores anteriormente identificados; em primeiro lugar, a consolidação de um status quo assente na détente e no carácter da *ostpolitik* alemã desde o fim da Segunda Guerra, gerando um espaço político e social propício ao diálogo com as restantes potências mundiais, e confortável para todas as partes envolvidas. Segundo, a proactividade da política externa alemã durante o mesmo período, direccionada para um processo de unificação assente numa construção europeia e impulsionada primariamente pela CDU que, especialmente com Adenauer e mais tarde, Helmut Kohl, restaura a questão alemã à agenda europeia. E finalmente, a progressiva instauração de um sentimento de protesto, presente especialmente na RDA, que culmina na contestação social dos finais da década de '80 e leva, inevitavelmente, à queda do muro de Berlim.⁶⁷

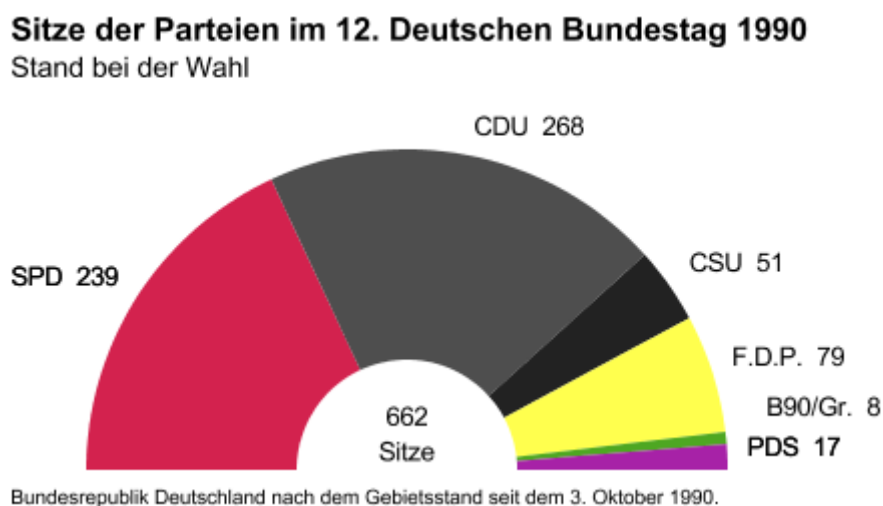
O impacto social e político da reunificação alemã concedeu a Helmut Kohl uma popularidade histórica, colocando-o numa posição política temporariamente inderrotável, e trazendo-lhe uma nova vitória nas eleições de 1998, a partir da qual Kohl constrói o seu terceiro mandato consecutivo.

⁶⁵ HAFENDORN, Helga (2010). "The Unification of Germany, 1985-1991". In Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad *Endings: The Cambridge History of the Cold War*, vol. 3. Reino Unido: Cambridge University Press, pp.

⁶⁶ LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). *Ibid*

⁶⁷ HAFENDORN, Helga (2010). *Ibid*

Gráfico 6: Distribuição de lugares no Bundestag por partido (Dezembro 1990)



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

A unificação veio, neste sentido, colmatar o défice de popularidade a que a CDU se tinha visto exposta nos finais da década de '80, facto espelhado no progressivo aumento de reconhecimento popular e melhores resultados eleitorais do partido de extrema-direita, *Die Republikaner* – partido fundado por ex-membros da CDU – que consegue absorver parte do eleitorado democrata cristão. Funcionando simultaneamente enquanto exercício de sufrágio e referendo de validação da reunificação, as primeiras eleições livres a englobar a totalidade do território alemão desde 1932 renovaram a permanência da CDU no poder. Este resultado seria repetido nas eleições de 1994, embora de forma menos declarada (apoiado em parte pela fraca alternativa política à democracia-cristã), e marcaria o último mandato de Kohl enquanto chanceler, em última instância derrotado pelo legado de encargos financeiros impostos à população alemã como factura da reunificação.⁶⁸

⁶⁸ KORTE, Karl Rudolf (1997). *Ibid*

CONCLUSÕES

A estrutura organizacional da CDU é um produto da evolução histórica – e ideológica – do partido, em consonância com o próprio percurso histórico e ideológico da Alemanha. Inicialmente uma estrutura partidária solta de grupos locais que se juntaram sob uma matriz de tendência conservadora, com a inspiração de criar um partido de massas capaz de sarar as tradicionais clivagens da cultura política alemã, o passar dos anos contribuiu para o seu estabelecimento enquanto corpo institucional nacional.

A sua evolução, maioritariamente gerada a partir da fricção da doutrina democrata cristão confrontada com as questões práticas decorrentes da sua presença no poder, contribuiu para uma adaptação natural da CDU à estrutura de governação alemã, em sintonia com as necessidades políticas do país à medida que este tentava afastar-se da ruína da Segunda Guerra Mundial e reconstruir a sua identidade nacional, fortemente centrada na Europa.

Konrad Adenauer contribui com os primeiros passos da CDU e da Alemanha rumo ao seu futuro, construindo um cenário de estabilidade e consenso político num momento crítico da história nacional. É uma das figuras centrais e essenciais da democracia cristã, acusado pelos seus críticos de uma ideologia idiossincrática que se afasta, em vários momentos, da doutrina tradicional cristã sob a qual a CDU foi formada.

Tal viria a ser, no entanto, uma crítica comum a todos os líderes democratas cristãos do séc. XX – o modo como a sua postura transcendia, económica e politicamente, os ideais na base da tradição católica, para dar forma a uma construção partidária orientada para a obtenção e manutenção do poder através da captação de uma base de voto compreensiva e uma indefinição ideológica capaz de assegurar a abstracção dos seus limites políticos.

A década de '70, em que a CDU é transportada para o outro lado do poder –a oposição – traduz-se numa série de transformações a nível programático, resposta directa da vontade expressa da CDU em reflectir o

seu carácter de partido *catch-all* e apelar a uma base de voto mais alargada, reafirmando um compromisso político de forma mais tangente. Consegue-o, e regressa em força no início da década de '80, com aquele que seria chanceler até ao fim do século, e preside à concretização daquele que era, desde o final da Segunda Guerra, o grande objectivo nacional: a reunificação do seu território.⁶⁹

Neste sentido, a circunstância histórica em que a Alemanha se encontra ao longo da segunda metade do século XX afigura-se como largamente responsável pela evolução partidária e eleitoral do país – com particular impacto na CDU, não apenas por constituir o partido que mais anos se mantém no poder, mas por ser o mais dedicado a uma visão do futuro alemão, inextricavelmente associado ao projecto de integração europeia. É o partido que preside aos momentos críticos da história alemã no período em análise, e que responde à questão alemã de forma orgânica ao defini-la como uma extensão natural dos seus valores, adaptados como estão às particularidades do caso alemão, e que desta forma transcendem uma qualquer adaptação da CDU à doutrina social católica com a qual se identifica um menor grau de urgência.

⁶⁹ SOLSTEN, Eric (1995). *Ibid*

DEMOCRACIA CRISTÃ E A INTEGRAÇÃO ALEMÃ NA EUROPA

O contexto histórico é um dos factores-chave para a compreensão dos diferentes resultados da democracia cristã na Europa. Este ponto é particularmente verdadeiro quando aplicado a uma análise do fenómeno democrata cristão na Alemanha, onde os resultados deste movimento político se traduziram num dos partidos mais bem-sucedidos a nível nacional, com particular importância e responsabilidade no percurso realizado pelo país ao longo da segunda metade do séc. XX. É a partir da conjunção de factores decorrentes do contexto histórico que a CDU obtém, em 1949, o seu primeiro mandato no *Bundestag*, chefiado por Konrad Adenauer no cargo de chanceler, e é com base nos diferentes momentos críticos da conjuntura histórica do país que a CDU gera, ao longo dos seus anos no poder, os impulsos necessários ao avanço económico e político da Alemanha, culminando na reunificação do seu território em 1990, com Helmut Kohl.⁷⁰

Durante este período, o contexto histórico e a postura da CDU parecem estar em sintonia, influenciando-se mutuamente, e cada um contribuindo para a perpetuação do outro rumo ao futuro de um país. A Alemanha consegue, num espaço temporal consideravelmente reduzido, reconstruir-se a partir dos despojos de um dos conflitos mais física e culturalmente devastadores da história europeia, criando uma nova identidade nacional, e tornando-se uma das economias mais fortes da Europa, assim como elemento fundamental da construção europeia. Neste sentido, é possível afirmar que o percurso alemão em direcção à Europa é tornado possível,

⁷⁰ BÖSCH, Frank (2004). "Two crises, two consolidations? Christian democracy in Germany" In Emmanuel Gerard & Steven Van Hecke *Christian Democratic Parties in Europe since the End of the Cold War*. Alemanha: Leuven University Press

fundamentalmente, pela conjuntura histórica associada à ascensão e permanência do partido democrata cristão no poder ao longo da segunda metade do séc. XX.

A importância da especificidade do contexto não se aplica, neste caso, apenas às circunstâncias históricas da Alemanha durante o período em análise, mas também ao partido que quase sempre a liderou. Os capítulos anteriores pretenderam demonstrar de que forma a democracia cristã permitiu ao país a reconstrução de uma identidade nacional baseada na doutrina tradicional católica, e a aplicação prática destes valores por parte dos líderes do partido durante a sua estadia no poder. Mais concretamente, pretendeu-se estabelecer o sentido em que a estrutura democrata cristã na Alemanha – a CDU – se afirma como um fenómeno paralelo a, mas não sinónimo de, os restantes movimentos democratas cristãos na Europa, durante o mesmo período.

A sua distinção manifestou-se a vários níveis; desde logo, na sua adaptabilidade ao sistema político alemão, recuperando a tradicional clivagem religiosa e transcendendo-a, ao conseguir, com sucesso, criar uma estrutura que reuniu católicos e protestantes sob uma denominação política comum. Tal resultou, em parte, de um compromisso mais dedicado às questões práticas (e urgentes) da política nacional do que a uma ideologia política fixa, potencialmente paralisante. O seu consenso é antes gerado pela adesão a um programa de valores económicos e sociais que visam reconstruir o país no seguimento da Segunda Guerra Mundial, na tentativa de reparar os seus estragos políticos e culturais – e a partir daí seguir uma abordagem pragmática que permita encontrar as respostas mais adequadas à questão alemã num contexto internacional atribulado.

Com a ascensão da CDU ao poder inicia-se um projecto de restauração da identidade nacional que avança no sentido de reescrever o seu passado recente – ou, em melhores palavras, escrever um futuro capaz de afastar a Alemanha dos excessos do Terceiro Reich. A identidade nacional construída a partir deste sentimento é criada a partir de um consenso social e político orientado para uma reestruturação alemã a longo prazo, institucionalmente profunda. ALLEN descreve este esforço abrangente ao afirmar que

(...) nationalist sentiments still form the basis of the German identity, but [German nationalism] has moved away from ethno-centric definitions to more cultural and civic concepts of the German national community. This demonstrates the desire of contemporary German nationalist politics to avoid the exclusion of minorities, and to include them into the civic national unit through certain levels of cultural integration.⁷¹

A expressão da vontade de uma união nacional baseada não em definições étnicas mas antes em “conceitos sociais e culturais” que reflectem a “comunidade nacional alemã” representa um dos primeiros passos da Alemanha rumo à sua reconstrução identitária, através da renovação dos seus valores. Inaugura-se assim aquilo que JAN WERNER MULLER define como “um Estado-nação pós-clássico”, em que o consenso social alemão se baseia na vontade nacional em confrontar o seu passado nazi, lidar com a questão histórica dos territórios a este, e assumir mais responsabilidades à escala internacional.⁷²

No âmbito do espírito antitotalitário e de multilateralismo que emerge no pós-guerra, a integração alemã no continente europeu assume uma importância fundamental – desde logo, numa perspectiva diplomática em que o país pretende remendar as suas relações com os outros estados, e mais tarde, de um ponto de vista institucional, acelerado pelas correntes europeístas da década de '40 e '50. A união de estados europeus vem, neste sentido, constituir um mecanismo de integração não apenas de diversos países numa união económica, mas também da Alemanha no continente, em termos políticos.

O papel da CDU no processo de integração é, mais uma vez, incontornável. Incorporando as questões de identidade e cooperação

⁷¹ ALLEN, Richard (2010). *Ibid*, p. 1

⁷² MULLER, Jan Werner (2011). *Ibid*

européia no seu discurso político desde a sua fundação, a CDU apresenta-se como o principal partido europeísta da Alemanha até ao início da década de '70 (altura em que o seu opositor partidário, o SPD, se pronuncia favoravelmente sobre a construção europeia e a assume como uma parte fundamental do seu discurso), com a forte presença de Konrad Adenauer na elaboração de uma política pró-europeia, tanto enquanto chanceler como enquanto membro do partido. O partido democrata cristão transcende assim a rescisão partidária para criar um discurso europeísta próprio, inextricavelmente ligado ao contexto alemão do pós-guerra e à crise de identidade nacional que lhe sucede.

Neste sentido, o presente capítulo visa discorrer sobre a relação existente entre a CDU e o processo de integração europeia, procurando compreender de que forma a ideologia do partido contribuiu para o estabelecimento de uma estrutura institucional comunitária. Pretende avançar-se com aqueles que foram, no contexto político e social da Alemanha ao longo da segunda metade do séc. XX, os momentos críticos na história nacional e da CDU que permitiram um impulso 'extraordinário' no processo de construção da União Europeia. Para o efeito, este capítulo apoia-se na descrição dos esforços das figuras políticas mais relevantes do partido que constam do segundo capítulo, focando-se agora no período imediatamente anterior e posterior à queda do muro de Berlim e da reunificação nacional, que se considera ser um elemento indissociável da postura alemã face à Europa.

O IMPACTO DA REUNIFICAÇÃO

A reunificação alemã de 1990 surge no seguimento de uma conjunção de factores históricos e estratégicos, ambos construídos entre o período que compreende o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do muro de Berlim. A cimentação de uma identidade europeia alemã e do seu compromisso para com a paz no continente, reforçado pela sua postura

multilateralista, tinha contribuído para a consolidação de um *status quo* democrático, no âmbito do qual se tornava possível uma maior abertura a Este, e o estabelecimento de um diálogo com o bloco soviético. Tal decorria, em grande parte, da *ostpolitik* de Helmut Kohl, e da sua capacidade de gestão de conflito pacífico com Gorbachev, associada à política de *détente* que tinha vindo a aliviar as tensões entre Este e Oeste.^{73 74}

Os anos que precedem a queda do muro de Berlim são marcados pela proactividade de Helmut Kohl para com a realização do objectivo de reunificação nacional, reflectida de duas formas: por um lado, numa abordagem internacional tácita, evidenciada pela sua disposição em dialogar com o Este; e por outro, no seu óbvio alinhamento político com o Ocidente, privilegiando uma relação com os Estados Unidos da América e demarcando, de forma clara, as fronteiras ideológicas entre as duas Alemanhas. A estratégia subjacente a este esforço de comunicação dual, orientada para a criação de uma atmosfera propícia à unificação territorial, operava como uma forma de evidenciar a sua necessidade. Pretendia, ao salientar as discrepâncias de qualidade de vida entre a RFA e a RDA, advogar a eficácia do modelo ocidental sobre o oriental, que se encontrava à beira da ruína económica. Simultaneamente, recorria ao direito histórico da Alemanha à unificação do seu território, colocando-o no centro do seu discurso político no período que a precede.⁷⁵

O crescente isolamento da RDA, reflectido pelos fortes surtos migratórios em direcção ao ocidente, potenciou a progressiva contestação social por parte da população, ao mesmo tempo que o protesto se tornava uma forma de expressão cada vez mais aceitável, e cada vez menos passível de repressão. De maneira semelhante, a gravosa crise económica que submergia a RDA evidenciava a sua dependência dos créditos do Ocidente (em concreto, da RFA), minando a legitimidade do governo da Alemanha oriental. Nos finais de 1989, via-se já incapaz de travar o

⁷³ HAFTENDORN, Helga (2010). *Ibid*

⁷⁴ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁷⁵ PATERSON, William E. (1998). *Ibid*

momentum gerado pelo contexto de clara insustentabilidade social que pautava o modelo soviético, e pela política de reunificação de Helmut Kohl, expressa no seu ‘Plano de Dez Pontos’ para a unificação nacional, apresentado no mesmo ano.⁷⁶

Neste, Kohl enfatizou a necessidade de cooperação entre as duas Alemanhas, da qual se encontrava dependente a democratização da RDA, e a sua abertura ao Ocidente. Expondo a sua visão para o funcionamento institucional interno de uma Alemanha unificada, descrevia sumariamente o processo de restauração da soberania nacional à sua unidade territorial. O argumento central para esta unificação está, para Kohl, no direito nacional à auto-determinação e à continuidade histórica da Alemanha:

Mr. President, ladies and gentlemen, such a growing-together lies in the continuity of German history. State organization in Germany has almost always meant a confederation or a federation. We can certainly draw on these historical experiences. No one knows today what a reunified Germany will ultimately look like. That unity will come, however, when the people in Germany want it – of this, I am certain.⁷⁷

Para este fim, a integração europeia é apresentada como uma estrutura indispensável ao processo de unificação nacional, como Kohl declara nos pontos seis e sete:

Sixth: The development of inter-German relations remains embedded in the pan-European process, that is, within the framework of East-West relations. The future architecture of Germany must fit into the future architecture of Europe as a whole. In this regard, the West has served as a pacesetter with its conception of a lasting and just European order of peace.

⁷⁶ HAFTENDORN, Helga (2010). *Ibid*

⁷⁷ “Plano de Dez Pontos de Helmut Kohl para a unidade alemã”, em discurso ao Bundestag a 28 de Novembro de 1989, ponto 5. [consultado a 23 Setembro 2012]. Disponível em: <http://www.germanhistorydocs.ghi-dc.org>

Seventh: The attraction and appeal of the European Community is, and shall remain, a decisive constant of the pan-European development. We want to, and must, strengthen it further. (...) We continue to understand the process of regaining German unity as something that is also a European concern. It must, therefore, also be seen in connection with European integration.⁷⁸

Os 'Dez Pontos' de Helmut Kohl surgem no seguimento da queda do muro de Berlim, dezanove dias antes, e vieram restaurar, de forma determinante, a questão alemã à agenda europeia. Vêm abrir a porta para a unificação alemã dentro de um contexto europeu, ao apresentar uma visão concisa e viável de uma Alemanha unificada. Não obstante, e apesar do consenso nacional quanto ao conteúdo dos 'Dez Pontos', registava-se algum cepticismo na cena internacional, baseado na reticência dos restantes Estados-membros europeus quanto às consequências de uma Alemanha reunificada – facto que a tornaria no país de maior dimensão do continente. Havia, neste sentido, uma convicção de que os interesses de segurança da Europa seriam melhor servidos pela perpetuação de um cenário onde a Alemanha permanecesse dividida (e como tal, politicamente enfraquecida). Esta postura, essencialmente defendida pelo Reino Unido e União Soviética, sublinhava as preocupações de dois Estados que temiam perder, com a reunificação, a sua influência no continente.^{79 80}

O apoio dos Estados Unidos da América nos processos de negociação cimentava a noção de uma Alemanha unificada enquanto país de maior dimensão do continente, característica segundo a qual assumiria naturalmente um papel de liderança política no seio da Europa. As estruturas de integração europeia assegurariam o funcionamento institucional deste cenário; oferecendo, desde logo, uma oportunidade à Alemanha de demonstrar o seu compromisso para com os acordos multilaterais,

⁷⁸ "Plano de Dez Pontos de Helmut Kohl para a unidade alemã", *ibid*

⁷⁹ HAFTENDORN, Helga (2010). *Ibid*

⁸⁰ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

simultaneamente limitando a sua esfera de acção àquela da CEE/UE, onde agiria em concerto com os restantes Estados.⁸¹

Uma resposta europeia à questão alemã encontrava-se dependente, no entanto, da capacidade de concertação da Europa e da Alemanha em estabelecer as bases institucionais de um projecto de unidade política. Apesar da vontade de resolução rápida por parte dos Estados Unidos, as restantes potências aliadas mostravam-se reticentes a uma qualquer solução imediata, querendo assegurar que a unificação não colocaria a estabilidade e a segurança europeias em perigo. Da mesma forma, a União Soviética opunha-se à unificação alemã, manifestando a sua crença na necessidade de criação de uma organização de segurança pan-europeia.⁸²

Em última instância, a reunificação alemã torna-se possível pelo sentido de estratégia de Helmut Kohl perante uma estreita janela de oportunidade política, aberta mediante o estabelecimento de um consenso entre os diferentes actores que estavam em jogo: Estados Unidos, Rússia, França, e claro, as duas Alemanhas. Inaugura-se uma nova ordem política na Europa, marcada pela reformação daquele que se tornava, então, o maior Estado-membro da construção europeia, com todas as consequências (geo)políticas que tal trazia consigo.

O período que se segue à reunificação alemã afigura-se como um momento crítico na conjuntura histórica nacional. Implicava, desde logo, uma re-perspectivação integral da posição alemã no seio do continente, tanto pela própria como pelos restantes Estados-membros, no sentido de perceber os próximos passos a dar na esfera política – a comunitária e a transatlântica. Assinalando o final simbólico da Guerra Fria, a reunificação alemã dava início a uma nova arquitectura política europeia em que a Alemanha assumiria a natural responsabilidade de liderança, pela sua dimensão e peso político na construção do projecto europeu.⁸³

⁸¹ HAFENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁸² HAFENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁸³ HAFENDORN, Helga (2006). *Ibid*

O redimensionamento alemão não tinha, no entanto, implicações apenas ao nível internacional, tendo uma forte ressonância à escala interna. A unificação territorial e a absorção política da RDA por parte da RFA trazia consigo a necessidade imediata de um reajuste capaz de assegurar um equilíbrio entre os dois blocos, agora um. Os elementos passíveis de maior preocupação eram, à partida, o da convergência económica e política, respectivamente representados pela incorporação da moeda e pelo processo de integração europeia.⁸⁴

A oferta do *deutschemark* à RDA tinha sido prevista por Kohl como parte da sua estratégia de reunificação, enquanto mais uma medida de aproximação ao bloco leste, decorrente das negociações paralelas entre as duas Alemanhas. Os surtos de migração do Este para Oeste tinham colocado a economia da RDA em colapso, dificultando a implementação de uma qualquer reforma económica estrutural. Como resultado, a RFA não acreditava que o bloco leste conseguisse formar e manter uma liderança capaz de levar a cabo a reforma do sistema económico, e transformá-la numa economia social de mercado – aquele que era, afinal, o ‘modelo alemão’ (federal, claro). A sugestão de união monetária surge, desta forma, por motivos meramente políticos, naquilo que constituiu um movimento muito arriscado, mas que acaba por levar à unificação, e é considerado um dos pilares fundamentais desta.^{85 86}

Apesar do debate gerado à volta do método de integração do processo de unificação monetária da Alemanha – nomeadamente, se deveria ter uma implementação gradual ou imediata, qual a taxa de câmbio aplicável, e quais as consequências das colossais discrepâncias de produtividade – a oferta do *deutschemark* teve efeito imediato, de forma a não desperdiçar a oportunidade de reunificação e enquanto mecanismo de garantia da mesma. Uma unificação monetária tornava a unificação política irreversível.⁸⁷

⁸⁴ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁸⁵ HAFTENDORN, Helga (2010). *Ibid*

⁸⁶ MULLER, Werner Jan (2006). *Ibid*

⁸⁷ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

Por outro lado, as marcadas diferenças de modelo económico e político entre as duas Alemanhas evidenciavam a fulcralidade de um reajustamento estrutural do modo de vida do oriente ao ocidente, enquanto forma de assegurar a execução da proposta prevista pelos ‘Dez Pontos’ de Kohl. A estrutura económica que a RFA tinha construído a partir do seu ‘milagre económico’ da década de ’60, e que constituía um dos elementos a emular pela estrutura institucional europeia em construção, não se encontrava minimamente espelhada na RDA. Simultaneamente, e numa perspectiva mais social, havia a considerar uma acentuada perda de identidade sentida pelo bloco leste, que nem a perspectiva de liberdade e afluência poderiam compensar.⁸⁸

A nível político, a reunificação trouxe poucas alterações ao sistema partidário alemão. Mantendo-se largamente idêntico ao modelo em vigor antes da unificação, o sistema demonstrou a sua resiliência a eventuais choques externos (ou internos), confirmando a sua solidez. A integração do eleitorado da RDA veio apenas confirmar a posição da CDU enquanto partido predominante no sistema partidário alemão, ao migrar um legado de clivagens essencialmente de classe – socialista vs. capitalista – segundo a qual os trabalhadores votavam tendencialmente CDU, e os mais liberais, PDS (partido com grande ressonância na RDA). O alinhamento político entre o PDS e a CDU trouxe a esta última uma vantagem sobre o SPD, partido com fraca relevância na RDA.⁸⁹

⁸⁸ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁸⁹ KREIKENBORN, Henry (1996). *The Major Parties – Dealignment and Realignment in Post-Cold War Germany*. EUA: Center for German and European Studies, California University

O PAPEL DA EUROPA NA REFORMULAÇÃO IDENTITÁRIA ALEMÃ

O processo de reunificação alemã veio consolidar as tendências europeístas estabelecidas por Adenauer e continuadas por Helmut Kohl, após um interregno de desaceleração da corrente comunitária durante o mandato de Ludwig Erhard e o governo SPD. A Alemanha afigura-se como um país inextricavelmente ligado ao projecto europeu, não apenas enquanto um dos seus países fundadores aquando da ratificação do tratado de Paris em 1951, mas pela sua abordagem marcadamente distinta no que diz respeito ao processo de integração dos Estados europeus numa estrutura institucional comum. Esta distinção, decorrente das especificidades relacionadas com a sua soberania – as consequências da Segunda Guerra Mundial e o caminho percorrido em direcção à unificação nacional – conferem-lhe a titularidade sobre um panorama histórico que contribuiu, em grande parte, para o seu compromisso para com a Europa.

A integração europeia ofereceu à Alemanha a oportunidade desta demonstrar a sua vontade de entrar em compromissos multilaterais vinculativos, consolidando o cargo de liderança da Europa previsto pelos defensores da sua reunificação, e entendido como factor fundamental para uma nova arquitectura política europeia – uma necessidade decorrente da desactualização do princípio territorial de organização então em vigor no continente. Neste sentido, há uma convergência dos elementos alemães e europeus na criação de um acordo tácito entre os diferentes arquitectos de uma nova ordem europeia – uma estrutura institucional comum aos seus Estados, tendencial e progressivamente supranacionalizante, que representasse e vinculasse o compromisso alemão para com a Europa. Existe, no entanto, um carácter inerentemente espontâneo na convergência dos elementos políticos, económicos, e culturais da Alemanha e da Europa, pelo facto de o modelo alemão ser, política, económica e culturalmente coincidente com o europeu.

O rescaldo da Segunda Guerra Mundial vê surgir dos seus escombros uma Alemanha determinada em confrontar o seu passado autoritário.

Pretende recuperar um lugar de relevância no seio da Europa, adaptando-se a um sistema internacional transformado no qual se encontra inevitavelmente reduzida, do ponto de vista político. O resultado do seu esforço de adaptação, potenciado pela CDU de Adenauer e perpetuado pelos governos democratas-cristãos que lhe sucedem, constitui uma democracia descentralizada e neocorporativista, baseada no consenso social e orientada para objectivos a longo prazo – tendências que a distinguem do resto da Europa⁹⁰. Tais ideais estão, à partida, previstos pela constituição que emerge no pós-guerra, e que assegura a integridade de um modelo tipicamente alemão, com uma separação territorial e funcional única.⁹¹

As bases deste modelo estão assentes numa ideia de ‘federalismo horizontal’ (noção que surge por oposição ao ‘federalismo vertical’ norte-americano), em que a alocação do poder é distribuída pelas instâncias governamentais conforme a sua competência – prática que espelha o princípio da subsidiariedade que constitui uma das bases da União Europeia. Tal tinha sido, desde o início, uma das propostas fundamentais da era Adenauer, em que este advogava, como resultado da sua aversão às tendências centralizadoras de regimes fascistas, a criação de uma estrutura política descentralizada, complementada por uma economia social de mercado.⁹²

O legado descentralizado de Adenauer traduziu-se, a médio-longo prazo, na concretização dos elementos constituintes do sistema político alemão, no qual a descentralização se manifesta a três níveis, a saber:

- a garantia constitucional da independência do Bundesbank;
- a autonomia dos ministérios nacionais (e da política sectorial daí decorrente);

⁹⁰ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *The German Model and European Integration: Between Unification and Union*. EUA: Brown University

⁹¹ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

⁹² ERBSEN, Allan (2008). *Horizontal Federalism*. EUA: University of Minnesota.

- a força organizacional dos partidos políticos (sustentados por um mercado associativismo e pela relevância dos grupos de interesse);

Por outro lado, no domínio económico, igualmente se registam particularidades ideologicamente coincidentes com aquelas identificadas com o modelo europeu – desde logo, a ‘economia social de mercado’ alemã, no qual a primazia do mercado decorre não do ideal da concorrência perfeita, mas de acordo com o legado histórico do capitalismo organizado alemão. Regista-se uma simetria das esferas públicas e privadas, e um sistema de autorregulação económica assegurada por um quadro de regras e regulamentos transversais a qualquer partido que se encontre no poder, e que identifica à partida as prioridades políticas para todos os governos. Há, de resto, um forte consenso na sociedade alemã no que diz respeito à relação entre o Estado e o mercado, baseado numa continuidade política que tem pautado os governos alemães. No âmbito desta, o debate político não afecta aqueles que são considerados os parâmetros-base da identidade económica alemã, reflectindo-se mais a nível de discussão de conteúdos programáticos do que de diferenças ideológicas clássicas entre a esquerda e a direita.⁹³

Este modelo, apelidado internamente de ‘*modell deutschland*’, veio consolidar a estabilidade política de um Estado democrático jovem com perspectivas económicas incertas, e transformá-lo numa das economias mais fortes da Europa. Deste resulta um país pautado pela prosperidade económica, repartição das competências administrativas através de um federalismo vertical (subsidiariedade), dexteridade política, e estabilidade social.⁹⁴

A sua construção, interligada de forma paralela e progressiva à construção europeia, veio reiterar a sua vontade de estabilidade e compromisso para com a Europa. A integração europeia reforçou a

⁹³ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

⁹⁴ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

implementação de uma corrente liberal democrata na economia alemã (advogada, de Adenauer a Kohl, primariamente pela CDU), que por sua vez se tornou num veículo de expressão política, e uma forma de a Alemanha mostrar ao mundo a sua identidade (política) renovada. O processo de integração europeia afigura-se, deste modo, como uma aposta estratégica no futuro do país, acrescentando à já estabelecida reformulação identitária nacional uma vertente económica, segundo a qual a convergência do modelo alemão com o europeu é simultaneamente uma segurança para o exterior (em como o país se encontrará política e economicamente controlado), como para a própria Alemanha (enquanto um mecanismo de perpetuação do seu modelo económico e garantia do seu futuro).

O último passo da construção do modelo comunitário no âmbito do processo de reunificação alemã dá-se com a convergência económica e política prevista pelo Tratado de Maastricht em 1992. Os avanços federalistas do projecto europeu, que tinham vindo a sofrer alterações progressivas no sentido de criar uma união mais estreita de cooperação entre os estados da Europa, culminavam no estabelecimento de uma união monetária que viria consolidar, de forma definitiva, os laços políticos no continente. A relação deste processo com o da reunificação alemã é inignorável, não apenas pela proximidade temporal com que decorrem, mas pelo seu teor político e pelas implicações que ambos estes compromissos viriam a ter para a Alemanha e para a Europa.

Maastricht surge como um interessante momento de ruptura no processo de aproximação alemã à Europa, que obriga a um repensar da questão alemã e do seu papel no seio do continente; desde logo, pelas implicações do reequilíbrio de poderes à escala europeia decorrentes da reunificação alemã, mas também pela forma como ultrapassa as tradicionais tensões do Estado-nação e das fricções causadas por este no processo de integração supranacional.

Para a Alemanha, o peso do Estado-nação não tinha o mesmo significado que para os restantes Estados europeus – nomeadamente, a França – desde logo, pelas particularidades da sua evolução histórica ao longo da segunda metade do séc. XX. O conceito de identidade nacional encontrava-se difuso pelo país de uma forma mais cultural do que territorial,

desintensificando uma qualquer postura tradicional nacionalista, e antes trabalhando no sentido de garantir a perpetuação do projecto de integração europeia pelo papel deste na consolidação da estabilidade política alemã.

De resto, havia já uma elevada congruência entre a República Federal e a Europa, tornada clara nos finais da década de '80. Ambas as estruturas se identificavam como construções de cooperação política federal, em que a autoridade e as competências de cada membro eram distribuídas a diversos níveis horizontais dentro de um sistema político de maior dimensão. Havia uma coincidência entre o processo de criação de política e governação institucional, assim como vastas semelhanças entre a economia social de mercado alemã e a orientação social-liberal do mercado comum da União Europeia. Desta influência e convergência recíproca resultava um modelo de consensualidade que evidenciava os interesses comuns de ambas as estruturas e facilitava a sua cooperação no sentido de aprofundar o processo de integração europeia.⁹⁵

Enquanto Estado-membro da Comunidade Económica Europeia, a Alemanha procurou uma intensificação e expansão constantes dos princípios multilaterais sob os quais o projecto europeu era construído. Tal tornava-se possível pelas expectativas europeias relativamente à participação alemã na Europa, e pela forma como a Alemanha consegue, através do seu esforço político, estabelecer-se no continente como uma das economias mais fortes e politicamente dispostas a assumir um compromisso estável e duradouro. Esta era, desde logo, a noção alemã perpetuada pela corrente de pensamento democrata cristã, defensora de um câmbio justo entre custos materiais a curto prazo e benefícios intangíveis a longo prazo.⁹⁶

A consolidação do projecto europeu em direcção a Maastricht advém, neste sentido, de uma preocupação alemã com os impactos da reunificação nas suas relações políticas com o resto da Europa. A vontade de vinculação alemã a uma estrutura comunitária mantinha a sua convicção original, enfatizando a fulcralidade do enquadramento nacional em ser realizado num enquadramento europeu. Surgiam, no entanto, algumas dúvidas

⁹⁵ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

⁹⁶ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

relativamente ao carácter centralizador do Tratado da União Europeia, no qual a união monetária assumia uma importância cada vez maior.

As consequências políticas, económicas e estratégicas da reunificação alemã colocavam o país numa posição difícil. Se, por um lado, se encontrava geograficamente fortificado pela recuperação dos seus territórios, enfrentava igualmente uma miríade de obstáculos quanto à incorporação do bloco leste na sua estrutura política já consolidada – estrutura esta que Maastricht viria corroborar, mas não sem uma necessidade de um considerável ajuste institucional. A União Europeia afigurava-se como um ‘mecanismo de amortecimento’ para a renovação e consagração do poder alemão na Europa, no âmbito de uma nova arquitectura política no continente; não obstante, esta implicava um aprofundamento do seu compromisso para com o processo de integração que representava uma condição directa da sua reunificação territorial.

O debate que surge na Alemanha equaciona o impacto de Maastricht na estrutura política do país, enfatizando a configuração das instituições políticas formais no seguimento do Tratado e as relações entre o Estado e a sociedade daí decorrentes. Com a sua ratificação, o projecto europeu deixaria de ser uma arena de actividade paralela ao percurso alemão em direcção à sua consolidação democrática na Europa para assumir um carácter de constante presença na arena legislativa nacional. Afigurava-se, deste modo, como um potencial desafio àquele que tinha sido um modelo de crescimento económico e político virtualmente infalível, e que tinha permitido à Alemanha uma completa reestruturação nacional num espaço de tempo consideravelmente reduzido. As preocupações nacionais com a soberania manifestavam-se, então, não a nível de perda de representatividade do Estado-nação, mas antes no sentido de querer preservar o seu modelo económico; temia-se uma eventual perturbação do equilíbrio conseguido entre a competitividade económica e a solidariedade social. Paralelamente, os fenómenos da globalização e do desenvolvimento económico europeu colocavam ainda outro peso sobre a Alemanha – aquele da necessidade de tomar em consideração as práticas dos restantes Estados-membros aquando da legislação nacional, de forma a conciliar as necessidades

competitivas da sua indústria com aquelas que viriam a ser as regras do mercado europeu.⁹⁷

O âmago da questão reflectia-se na discrepância de intenções entre Bona e Paris que decorriam da nova etapa de integração europeia, e que pela primeira vez ameaçavam colocar as questões de soberania nacional acima da vontade de aprofundamento da cooperação comunitária. A determinação francesa em ligar o projecto europeu a uma união económica cimentada pela criação de uma moeda única não ia de encontro à perspectiva institucionalista entendida pela Alemanha como a condição política necessária à continuidade da União. A cisão evidenciava duas perspectivas politicamente convergentes, mas consideradas por cada parte como desadequadas. Se, por um lado, a França entendia a união monetária como um mecanismo institucional de garantia do compromisso alemão em ligar, de forma definitiva, a sua economia ao projecto europeu, a Alemanha manifestava algum cepticismo quanto a um grau de integração tão marcadamente económico.^{98 99}

A ratificação do tratado de Maastricht e o seu impacto sem precedentes na estrutura de cooperação europeia vieram demonstrar a continuidade do compromisso alemão para com o projecto comunitário – não, no entanto, sem o surgimento de uma política “*sim, mas*” por parte da Alemanha, manifestada pela CDU de Kohl. Tal estava patente nas preocupações manifestadas pelo país relativamente aos impactos simultâneos de reunificação nacional e integração europeia, e nas concessões daí resultantes.¹⁰⁰

Em última instância, pode dizer-se que há uma influência mútua do processo de integração europeia àquele da realização económica alemã que culmina na sua reunificação em 1990. O seu compromisso para com a

⁹⁷ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

⁹⁸ HAFTENDORN, Helga (2006). *Ibid*

⁹⁹ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

¹⁰⁰ PATERSON, William E. (2006). *Does Germany Still Have a European Vocation?*. Reino Unido: University of Birmingham

Europa, elemento fundamental do percurso que a Alemanha realiza em direcção à sua consolidação democrática, no seguimento da Segunda Guerra Mundial, constitui a base da sua capacidade em realizar os objectivos políticos e económicos a que se propôs, dependente como se encontrava, em 1945 e em 1990, da aprovação e apoio internacionais do seu papel a desempenhar dentro no continente europeu. A circunstância política assume, neste sentido, uma importância fundamental que liga, desde o início, a sobrevivência de ambas as estruturas – a alemã e a europeia – ao seu compromisso uma para com a outra, e as intensifica mutuamente.

CONCLUSÕES

A transformação política levada a cabo pela Alemanha ao longo da segunda metade do séc. XX constitui uma história de readaptação e compromisso sem paralelo no contexto europeu. Confrontado, em 1945, com o imperativo da reconstrução de uma identidade política, económica e cultural, o país apoia-se numa postura de multilateralismo e vontade de regresso à Europa, realizado em consonância com a criação e aprofundamento de laços políticos entre os Estados europeus. Tal afigurava-se necessário não só para a reconstrução física da Europa, como para o conserto das relações entre nações, tornadas tensas pela conflitualidade da década anterior, e servindo simultaneamente como um mecanismo de manutenção da paz no continente.

Mas se uma solução institucional europeia se apresentava, para o contexto internacional pós-Segunda guerra, como uma forma de dar resposta às diferentes tensões dentro do continente através da união dos Estados, num primeiro momento, e mais tarde, da contenção da dinâmica de conflito que opunha os Estados Unidos e a União Soviética, tinha igualmente uma importância tanto simbólica como prática na sua aplicação dentro da própria Alemanha. A pertença à Europa orientada, inicialmente, para a

unidade nacional face a um objectivo comum de expiação do regime nazi, evoluiu ao longo da segunda metade do séc. XX para um sentimento de finalidade mais desenvolvido; uma vocação que transcendia o “nacionalismo desnacionalizado” que o processo de integração europeia permitia à Alemanha, e reforçava a sua identidade nacional ao difundi-la dentro do espaço europeu. É, em última instância, no processo de convergência com o modelo de integração europeia que a Alemanha encontra as bases para a sua reunificação nacional.¹⁰¹

A sua relação com o projecto europeu não é, no entanto, um processo unilateral. Os paralelos existentes entre os modelos alemão e europeu são vários – desde logo, presentes no carácter de federalismo horizontal que ambas as estruturas apresentam, mas coincidente também a nível económico, social, e político. Ocorrendo em simultâneo à sua própria reconstrução nacional, o processo de adaptação alemã à Europa baseia-se numa dinâmica de influência e convergência mútuas que espelham, até certo ponto, os esforços de uma estrutura na outra.

O elo que une os dois processos é ilustrado pelo grau de paralelismo histórico com que os impulsos europeus são, até certo ponto, instigados pelo percurso alemão de integração na Europa, e vice-versa. Assiste-se, desta forma, a uma coincidência dos momentos-chave da construção europeia com aquelas que foram as instâncias de revolução e reconstrução histórica do país – desde logo, o impacto da Segunda Guerra Mundial na Europa, a necessidade de vinculação alemã à Europa, e a sua reunificação, respectivamente espelhadas no estabelecimento dos tratados da CECA, Roma e Maastricht.

Assiste-se, de novo, a uma sintonia entre os modelos económico e político da Alemanha e Europa remanescente da adequação económica e política da CDU à Alemanha, já antes elaborada. Se, por um lado, é indispensável compreender a vinculação da Alemanha à Europa como um dos elementos que lhe permitem o seu regresso ao continente, é igualmente fundamental equacionar o papel que a CDU desempenha ao longo deste

¹⁰¹ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

processo, com particular ênfase naqueles que foram os momentos críticos da história nacional.

O contexto político em que a reunificação alemã ocorre é manifestamente possibilitado pela capacidade de manutenção da CDU – mais concretamente, Helmut Kohl – de um *status quo* obtido mediante um complexo equilíbrio de poderes e vontades, no âmbito do qual a Alemanha se movimenta, ao longo da década de '80, de forma pragmática. Havia uma janela de oportunidade para a reunificação que, sendo problematizada pelos diferentes actores políticos em jogo, permitiu à Alemanha a recuperação dos seus território através de um cálculo político multilateral e devidamente executado, assente na cooperação internacional e na vinculação de um compromisso político para com a Europa. As causas manifestam-se de formas diferentes: desde logo, através de um conjunto de características inerentes ao modelo alemão que são iniciados pela doutrina democrata cristã de Konrad Adenauer, facilitadoras de uma convergência com o modelo comunitário. Não obstante, há aqui igualmente um elemento de estratégia construído por Helmut Kohl que trabalha no sentido de assegurar a reunificação nacional ao longo de uma quase-década no poder.

O *timing* da estratégia de Kohl é adequado, concertando os vários obstáculos políticos e económicos decorrentes de uma profunda transformação nacional a dois níveis – uma à escala nacional, e outra à europeia (pode também dizer-se, comunitária). As consequências políticas desta estratégia são várias, e resultam na unificação de facto do território alemão – não, no entanto, sem uma necessidade de re-perspectivação do papel da Alemanha na Europa, e num saldo político que, a médio-longo prazo, se parece ter traduzido numa postura progressivamente mais eurocéptica, decorrente das concessões feitas ao modelo de integração europeia proposto pela França, assente numa união monetária.

Em última instância, a integração alemã na Europa nos moldes de Maastricht é o preço inevitável mas aceitável da recuperação da sua soberania política, territorial, e social no continente, consolidando uma nova identidade alemã que, dissolvida no projecto europeu, se afigura como a sua pertença definitiva ao continente de que faz parte.

CONCLUSÃO

É difícil, senão mesmo impossível, apresentar um retrato histórico da Alemanha no período que se segue à Segunda Guerra Mundial que seja capaz de transmitir, com adequada precisão, o estado em que o país se encontrava. Fala-se, deste modo, não apenas de um contexto político inevitavelmente conturbado, consequência de um momento de conflitualidade que destruiu o país, mas também (e de certa forma, principalmente) do impacto social e cultural sentido na Alemanha como resultado da extrema violência da qual fora tanto perpetradora como vítima. A documentação histórica do sucedido persiste até hoje, tanto enquanto registo factual como enquanto reflexo da memória individual e colectiva de um país e um continente expostos à circunstância. Não obstante, é de forma natural que o afastamento histórico e a dissolução da realidade então sentida têm atenuado a percepção do percurso percorrido pela Alemanha e dificultado a sua compreensão plena.

A restrospectiva é necessária.

O impacto da corrente nacional-socialista na Alemanha deixara o país num estado de fragilidade política extrema, no rescaldo do qual este inicia os seus primeiros passos na direcção da implementação de um governo democrático e estável. As primeiras eleições que seguiam ao final da Segunda Guerra Mundial assumiam, como tal, uma fundamental importância para o futuro do país, tanto a nível interno como externo. A vitória da CDU mediante coligação com a CSU inaugura um novo momento da história nacional, não menos difícil do que o imediatamente anterior, pelos desafios que se colocavam perante a Alemanha. O difícil legado do Terceiro Reich exacerbava a violência das sanções a que o país se via sujeito, e que se estendiam a vários níveis – desde logo, a divisão *de facto* do seu território. Mais uma vez, um cenário de derrota total vigorava na Alemanha, e tornava

óbvia a necessidade de uma nova direcção, direcção esta que a CDU começa, em 1949, a construir.

A criação de uma nova identidade nacional, elaborada a partir de um forte consenso antitotalitário, dita as bases para um esforço de afastamento da primeira metade do séc. XX que viria a pautar o comportamento alemão até à sua reunificação, em 1990. Legado histórico à parte, as novas fronteiras decorrentes da divisão alemã intensificavam a problemática nacionalista, contribuindo para uma fragmentação da identidade e difusão do sentimento de pertença nacional. Neste sentido, o renascimento identitário alemão do pós-Segunda guerra afigura-se como uma das grandes vitórias da CDU, inextricavelmente ligadas à sua estratégia política de unidade nacional, determinada a colmatar as tradicionais clivagens sociais de forma a estabelecer um consenso interconfessional.

A nova identidade alemã daí decorrente prova ser orientada para o futuro, e para a reconstrução de um jovem Estado democrático no seio do continente do qual faz parte. Tendo como catalisadores a necessidade de re-perspectivação histórica e uma postura de humildade face ao seu passado, constrói-se uma identidade nacional voltada para o exterior e fortemente assente no projecto europeu, na ausência de um produto nacional coeso que possa, de forma inócua, constituir as bases identitárias do futuro alemão. Ao transmutar os valores ideológicos nacionais no sentido de assumir uma postura marcadamente multilateral e europeísta, a Alemanha demonstra a sua vontade em manifestar os seus objectivos políticos ao nível interno e externo: por um lado, a perpetuação da sua soberania em moldes democráticos, e por outro, o seu desejo de retorno à Europa, pautado pelo discurso de abertura e diálogo da CDU, e a postura internacionalista de Konrad Adenauer enquanto apologista de uma nova estrutura europeia. A ascensão da CDU ao poder inicia um processo de abertura que cancela o regime fechado do Nazismo e se apoia numa solução europeia para a Europa.

A coincidência do modelo democrata cristão com o processo de integração europeia é, de resto, fomentada pela sua ênfase em estruturas políticas centralizadas, realizadas de forma particular na Alemanha, mas herdeiras da doutrina tradicional católica, que vem desta forma facilitar uma

congruência alemã com o projecto comunitário, ainda em estado embrionário. O esforço da CDU em adaptar a identidade nacional ao novo contexto europeu contribuiu não apenas para uma aproximação da Alemanha ao continente, mas também influenciar o desenvolvimento da estrutura supranacional deste. O pragmatismo democrata cristão e o consenso que estabelece na sociedade alemã reflectiram-se numa forte estabilidade política e social centrada, em primeira instância, na figura de Konrad Adenauer, e mais tarde, na capacidade nacional em original um modelo económico sustentável, competitivo e solidário.

A particularidade histórica assume uma importância fundamental na compreensão do impacto da democracia cristã na aproximação da Alemanha à Europa, não menos pelas figuras que lideraram a CDU ao longo da segunda metade do séc. XX. Decorrente, desta, é possível identificar três momentos críticos na história alemã durante o período em análise, que evidenciam o esforço democrata-cristão no estabelecimento de uma nova identidade alemã, marcadamente difusa da Europa:

1I O rescaldo da Segunda Guerra Mundial (1945-1957), no âmbito do qual se dá uma renovação identitária profunda na Alemanha, no sentido de a afastar do legado do Terceiro Reich, e se criam as bases de uma aproximação à Europa através do estabelecimento de um modelo federal europeu. Inspirado pela ideia de ‘Estados Unidos da Europa’, este toma forma tangível com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e mais tarde, com a ratificação do tratado de Roma. Na base de ambos encontra-se a figura de Konrad Adenauer enquanto apologista do compromisso alemão para com a Europa, e da necessidade de uma estreita cooperação política assente no eixo Paris-Bona. A identidade alemã daí resultante é marcadamente europeia, encontrando no projecto comunitário as bases institucionais para a sua afirmação política e económica no continente;

2I Estabilização da economia alemã (1957-1966) e o advento do ‘milagre económico’, associado às figuras de Konrad Adenauer e Ludwig Ehrard, e que estabelece as bases da consolidação do ‘modell

deutschland', através do qual a Alemanha se transforma numa das economias mais fortes da Europa, e reafirma o seu crescente compromisso para com o futuro europeu;

3I Reunificação nacional (1989-1992), que representa o culminar dos objectivos a longo prazo da democracia cristã alemã – a união do seu território – e do processo de recuperação da sua soberania, iniciado no pós-guerra. O processo de reunificação ocorre perante uma reiteração do compromisso alemão para com a Europa, decorrente da postura multilateral de Helmut Kohl, no âmbito do qual o projecto europeu avança para a ratificação do tratado de Maastricht e se aprofunda a cooperação entre os Estados europeus, com o estabelecimento de um mercado comum e a previsão de uma unidade monetária.

Denota-se, desta forma, uma coincidência das conjunturas críticas alemãs com os avanços institucionais do processo de integração europeia, potenciadas pela postura pró-europeia da CDU. Com a criação de uma identidade alemã desnacionalizada, e construída em estreita cooperação com a edificação do projecto europeu, a CDU facilita a consolidação de um modelo político e económico na Alemanha que se gera de forma paralela a, e coincidente com, a Europa. Da convergência dos dois modelos decorrem benefícios mútuos para ambas as partes: para a Alemanha, a possibilidade de afirmação no contexto político europeu; e para a Europa, a garantia da estabilidade alemã. O projecto europeu afigura-se, desta forma, como um mecanismo simultaneamente de contenção e integração da Alemanha na esfera política do continente, contrariando um eventual regresso à beligerância. Por fim, a estabilidade política e social associada ao modelo alemão (e à sua vinculação com a Europa), é assegurada pela continuidade política da CDU no sentido de promover a identidade europeia da Alemanha.

Com a queda do muro de Berlim e a consolidação democrática de uma Alemanha unificada, assiste-se ao surgimento de um momento de indefinição quanto à continuidade do seu compromisso para com o projecto

européu. Presentemente, é possível afirmar que já se estabeleceu uma nova identidade alemã, ainda marcada pela da segunda metade do séc. XX, mas já quase completamente removida desta, em grande parte devido ao afastamento histórico e à emergência de um novo *status quo* internacional. O primeiro momento de ruptura a que se assiste com o surgimento da política “*sim, mas*” de Kohl tem vindo a intensificar-se desde Maastricht, e a CDU da actualidade encontra-se com um legado europeu incoerente nas mãos, fazendo parte de uma união monetária que não se reflecte de forma equilibrada num projecto de integração económica, fiscal ou política.¹⁰²

A crise económica mundial, sentida com particular intensidade na Europa, tem contribuído para exacerbar os sentimentos de dúvida quanto ao futuro da moeda única, e introduzir o conceito de “uma Europa destruída pela periferia”. Para a Alemanha, isto vem recuperar as suas reticências quanto à integração europeia de 1992, evidenciando um progressivo desajuste ideológico entre os objectivos nacionais e os comunitários.¹⁰³

Com Maastricht, a Europa passa a assumir um papel institucionalmente dispar daquele previsto pela Alemanha, deixando de constituir um modelo de concretização democrática para ocupar uma posição central nas interferências de distribuição de poder e alocação de soberania entre os níveis nacionais e supranacionais. Da mesma forma, o impacto da integração europeia sofreu uma alteração profunda: já não se apresenta como uma dinâmica de cooperação alemã desenvolvida em conjunto com uma estrutura supranacional, como o era no pós-guerra.¹⁰⁴

As causas para tal não são meramente externas, partindo igualmente a partir do interior da Alemanha. Se, no início, a sua identidade provém da necessidade de união nacional face a uma ‘ameaça’ (neste caso, ideológica, constituída pelo consenso antitotalitário), é natural que, com a perda de relevância da questão alemã de 1945, o seu consenso europeísta se torne, em parte, supérfluo. De forma semelhante, uma mudança na elite política do

¹⁰² MULLER, Werner Jan (2006). *Ibid*

¹⁰³ MULLER, Werner Jan (2006). *Ibid*

¹⁰⁴ ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *Ibid*

país contribuiu para intensificar o afastamento histórico dos seus governantes face ao passado, e o paradigma da chamada “diplomacia de cheque” de Helmut Kohl deixou de constituir um elemento benéfico de governação, como o foi durante a Guerra Fria. Assiste-se, desta forma, à emergência de uma “nova questão alemã”, que tenta perspectivar a posição da Alemanha no continente no séc. XXI. Associada ao crescimento económico e político do país face aos restantes Estados-membros da UE, cimenta-se a ideia de a Alemanha tem a capacidade de crescer mais depressa e de forma mais eficiente fora dos limites institucionais comunitários.

Esta ideia contrasta fortemente com o paradigma em vigor durante a segunda metade do séc. XX, que agora assume um papel cada vez mais inconsequente. Com a recuperação alemã da sua identidade nacional, e o desenvolvimento de uma política baseada também dos seus interesses estratégicos (e não apenas nos de uma Europa unida), tem-se registado um claro afastamento alemão do projecto europeu.

Torna-se necessária uma reavaliação da Alemanha quanto ao papel que pretende desempenhar dentro da União Europeia – se um de liderança, enquanto principal actor e beneficiário da construção comunitária, ou se, por outro lado, considera que os inconvenientes excedem as vantagens competitivas existentes no projecto europeu.

BIBLIOGRAFIA(S)

Bibliografia primária:

KOHL, Helmut (1989). "Plano de Dez Pontos de Helmut Kohl para a unidade alemã", em discurso ao Bundestag a 28 de Novembro de 1989 [consultado a 23 Setembro 2012]. Disponível em: <http://www.germanhistorydocs.ghi-dc.org>

Leão XIII (1891). "Rerum Novarum", terceiro parágrafo

Bibliografia secundária:

ALLEN, Richard (2010). «Nationalism and Contemporary German Politics: Inclusion versus Exclusion». In *POLIS Journal Vol.3*. University of Leeds, pp. 1-39

ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Reino Unido: Verso.

ANDERSON, Jeffrey J. (1997). *The German Model and European Integration: Between Unification and Union*. EUA: Brown University

BETZ, Hans Georg (2001). "Chapter 2: The Evolution and Transformation of the German Party System". In Christopher S. Allen, Larry Eugene Jones e Georg G. Iggers *Transformation of the German Political Party System: Institutional Crisis Or Democratic Renewal?* EUA: Berghahn Books, pp. 30-61

BLANK, Theodor. (1967) *From the Ahlen Program to the principles of Düsseldorf - History of Economic Thought For the CDU*. Alemanha.

BÖSCH, Frank (2004). "Two crises, two consolidations? Christian democracy in Germany" In Emmanuel Gerard & Steven Van Hecke *Christian Democratic Parties in Europe since the End of the Cold War*. Alemanha: Leuven University Press, pp. 55-78

CUPPLES, Michelle (1999). *The making of an ideology of the third way: the evolution of Christian Democracy in Germany (with special reference to 1945-49)*. Birmingham: Aston University

DOMENICO, Roy Palmer (2006). *Encyclopedia of Modern Christian Politics*, Volume 1. EUA: Greenwood Publishing Group.

- ERBSEN, Allan (2008). *Horizontal Federalism*. EUA: University of Minnesota.
- GRANIERI, Ronald J. (2004). *The Ambivalent Alliance: Konrad Adenauer, the CDU/CSU, and the West, 1949-1966*. EUA: Berghahn Books
- GUÉROT, Ulrike & LEONARD, Mark (2011). *The New German Question: How Europe Can Get the Germany It Needs*. Reino Unido: European Council on Foreign Relations.
- HAFTENDORN, Helga (2006). *Coming of Age: German Foreign Policy Since 1945*. EUA: Rowman & Littlefield, pp. 296
- HAFTENDORN, Helga (2010). "The Unification of Germany, 1985-1991". In Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad *Endings: The Cambridge History of the Cold War*, vol. 3. Reino Unido: Cambridge University Press, pp. 333-355
- HAMPTON, Mary N. & SØE, Christian (1999). *Between Bonn and Berlin: German Politics Adrift?* EUA: Rowman & Littlefield.
- HERB, Guntram Henrik (1997). "Nationalism, Territory, Maps and Propaganda". In Guntram Henrik Herb *Under the Map of Germany: Nationalism and Propaganda 1918-1945*. Reino Unido: Routledge, pp. 6-12
- KALYVAS, Stathis N. (1996) *The Rise of Christian Democracy in Europe*. EUA: Cornell University Press.
- KALYVAS, Stathis N. e van KERSBERGEN, Kees (2010). «Christian Democracy» In *Annual Review of Political Science*. Volume 13, pp. 183-209
- KEMPE, Frederick (2011). *Berlin 1961*. EUA: Penguin Group
- KORTE, Karl Rudolf (1998). «The Art of Power: 'The Kohl System' – Leadership and Deutschlandpolitik» In *German Politics*, volume 7, pp. 64-90
- KREIKENBORN, Henry (1996). *The Major Parties – Dealignment and Realignment in Post-Cold War Germany*. EUA: Center for German and European Studies, California University
- LAPPENKÜPER, Ulrich (2004). «2: Between Concentration Movement and People's Party: the Christian Democratic Union in Germany» In Michael Gehler e Wolfram Kaiser *Christian Democracy in Europe since 1945, Vol. 2*. Reino Unido: Routledge, pp. 21-29
- MARCUSE, Harold (2001). *Legacies of Dachau: The Uses and Abuses of a Concentration Camp, 1933-2001*. Reino Unido: Cambridge University Press
- MIERZEJEWSKI, Alfred C. (2004). *1957: Ludwig Ehrard's Annus Terribilis*. EUA: University of North Texas

MISES, Ludwig von (1944). *Omnipotent Government: The Rise of the Total State and Total War*. EUA: Yale University Press.

MULLER, Jan Werner (2011). «Is Germany's Future Still European?» In *Eurozine*, pp. 1-4

PATERSON, William E. (1998) "Helmut Kohl: The Vision Thing' and Escaping the Semi-Sovereignty Trap" In Clay Clemens *The Kohl Chancellorship*. Reino Unido: Routledge, pp. 17-63

PATERSON, William E. (2006). *Does Germany Still Have a European Vocation?*. Reino Unido: University of Birmingham

PELINKA, Anton. (2004) «European Christian Democracy in Comparison» In Michael Gehler e Wolfram Kaiser *Christian Democracy in Europe since 1945, Vol. 2*. Reino Unido: Routledge, pp. 177-188

PRAGAL, Peter (1998). *The End of a Chancellorship*. Alemanha: Berliner Zeitung.

PRIDHAM, Geoffrey (1977). *Christian Democracy in Western Germany: The CDU/CSU in Government and Opposition 1945-1976*. Reino Unido: Taylor & Francis

SCHWARZ, Hans-Peter (1997). *Konrad Adenauer. German Politician and Statesman in a Period of War, Revolution and Reconstruction. Vol. 2: The Statesman, 1952-1967*. Reino Unido: Berghahn Books

SMITH, Anthony D. (2001) *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Reino Unido: Polity Press, pp. 20

SOLSTEN, Eric (1995). *Germany: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress.

STJERNØ Steinar (2009). *Solidarity in Europe: The History of an Idea*. Reino Unido: Cambridge University Press.

TILL, Karen E. (2005). *The New Berlin: Memory, Politics, Place*. EUA: University of Minnesota Press.

UERTZ, Rudolf (2001). "Christentum und Sozialismus" In Gerd-Rainer Horn e Emmanuel Gerard *Left Catholicism 1943-1955: Catholics and Society in Western Europe at the Point of Liberation*. Alemanha: Leuven University Press, pp. 7-44

Webgrafia e outros recursos:

CDU Deutschlands. *The CDU of Germany* [consultado em 23 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.cdu.de/en/3440_3457.htm

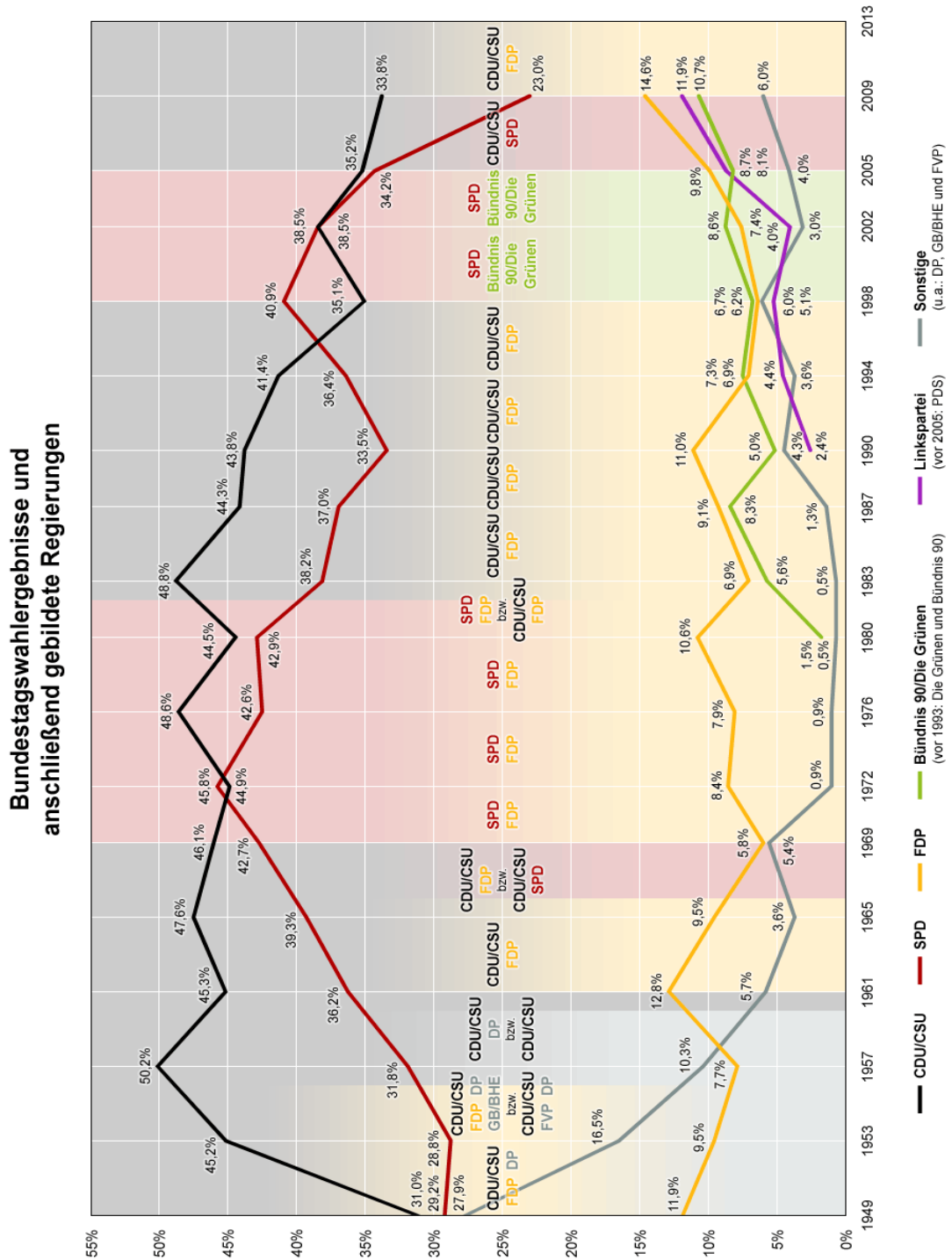
Konrad Adenauer Stiftung (2011). *Christian Democracy: Principles and Policy Making* [consultado a 23 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_21408-544-2-30.pdf?110620094744

Stanford Encyclopedia of Philosophy. Metaphysics Research Lab, California: Stanford University.

TONGEREN, Jonathan van (2011). *Christian Democracy: the Champion of Subsidiarity* [consultado a 9 Setembro 2012]. Disponível em: <http://bedum.christenunie.nl/k/news/view/478090/44795/Christian-Democracy-the-Champion-of-Subsidiarity.html>

ANEXOS

Gráfico 7: Resultados eleitorais Alemanha (1949-2013)



Fonte: Bundeswahlleiter - the Federal Returning Officer

ÍNDICE

Lista de Figuras	V
Lista de Tabelas	V
Introdução	1
Capítulo I: A Importância da Democracia Cristã na Reformulação da Questão Alemã	5
A democracia cristã na Alemanha	7
A problemática nacionalista	15
A doutrina social católica.....	20
Conclusões.....	24
Capítulo II: A Evolução do Discurso Democrata Cristão na Alemanha entre 1945 e 1989.....	27
A reconstrução de um país – Konrad Adenauer (1945-1963).....	28
Uma visão diferente num contexto de diferenças – Ludwig Ehrard e Kurt Georg Kiesinger (1963-1969).	37
CDU na oposição (1969-1983)	43
O caminho para a unificação – Helmut Kohl (1983-1990).....	46
Conclusões.....	54
Capítulo III: Democracia Cristã e a Integração Alemã na Europa	56
O impacto da reunificação	59
O papel da Europa da reformulação identitária alemã.	66
Conclusões.....	73
Conclusão.....	76
Bibliografia	82
Anexos	86